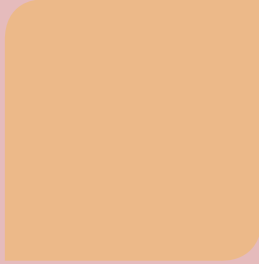


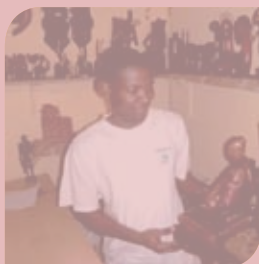
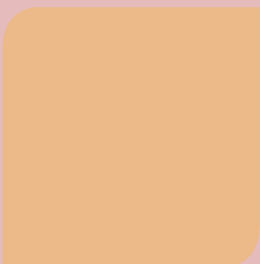
TRAINFORTRADE PROGRAMME



PROMOVER O TURISMO SUSTENTÁVEL
Mapeamento da situação do turismo na república de Angola



Província de Benguela, Angola
6 a 10 de Novembro de 2010



UNCTAD/DTL/KTCD/2011/1
Copyright © United Nations, 2011
All rights reserved. Printed in Switzerland

NOTE



This Publication was produced in the framework of the UNCTAD TrainForTrade Project for Angola, financed by the European Commission



The views expressed in this volume are those of the authors and do not necessarily reflect the views of the United Nations Secretariat. The designations employed and the presentation of the material do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of the Secretariat of the United Nations concerning the legal status of any country, territory, city or area or of its authorities, or concerning the delimitation of its frontiers or boundaries.

The material contained in this study may be freely quoted with appropriate acknowledgement.

Contact:

TrainForTrade Programme
Knowledge Sharing, Training and Capacity Development Branch,
Division on Technology and Logistics (DTL)
UNCTAD
Palais des Nations
CH 1211 Geneva 10
Switzerland
Phone: + 41-22-917-5512
Fax: + 41-22-917-0050
E-Mail: trainfortrade@unctad.org
www.unctad.org/trainfortrade

ACKNOWLEDGEMENTS

This study was prepared by Ms. Dominique Verdugo, international consultant on sustainable tourism, and Mr. Amândio Mavela, national consultant on tourism and development, within the framework of the activities of the UNCTAD TrainForTrade programme for Angola. All photographs were taken by Ms. Verdugo while preparing the study in 2010. UNCTAD gratefully acknowledges the financial support provided by the European Commission.

Este estudo foi preparado por Dominique Verdugo, consultora internacional sobre turismo sustentável, e por Amândio Mavela, consultor nacional sobre turismo e desenvolvimento, no âmbito das actividades do programa CNUCED / TrainForTrade para Angola. Todas as fotografias foram feitas por Dominique Verdugo durante o estudo em Novembro 2010. A CNUCED agradece o apoio financeiro concedido pela Comissão Europeia.

ÍNDICE

NOTE.....	III
ACNOWLEDGEMENTS	IV
INTRODUÇÃO	1
I. O TURISMO EM ANGOLA: A INDÚSTRIA DA PAZ	3
A. Um crescimento excepcional.....	4
B. Os obstáculos e desafios do desenvolvimento do turismo em angola.....	5
NOTAS: Capítulo I.....	8
II. AS DINÂMICAS DO TURISMO NA PROVÍNCIA DE BENGUELA.....	9
A. Contextualização da Província de Benguela.....	10
1. Contexto histórico e geográfico.....	10
2. Contexto económico e socioambiental.....	10
B. A situação actual do turismo.....	10
1. Esquema actual de regulamentação do turismo.....	12
2. As infra-estruturas turísticas.....	14
3. O papel do turismo na luta contra a pobreza	14
4. Identificação e mapeamento dos actores na Província de Benguela	15
Direcção Provincial do Comercio, Hotelaria e Turismo - Organização interna	15
Direcção Provincial da Cultura	16
Associação de Hotelaria de Benguela	16
Mapeamento dos actores e parceiros	16
C. Os desafios do turismo na Província de Benguela	18
1. O Potencial turístico (análise FOFA – <i>SWOT</i> na designação Inglesa).....	18
2. O papel da sociedade civil nas dinâmicas do turismo.....	18
3. Turismo e impacto sócio-económico e ambiental.....	20
Notas: Capítulo II.....	22
III. PERSPECTIVAS E PROPOSIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJECTOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL	23
A. Perspectivas.....	24
1. Abordagem das iniciativas para desenvolver o turismo sustentável	24
B. Proposições	26
1. Lembranças: aumentar as despesas dos turistas.....	26
2. Áreas protegidas: Parque e Reserva	27
3. Turismo escuro (dark tourism)	27
4. Criação de imagem: definir e valorizar um produto principal no interior	28
Notas: Capítulo III.....	30
CONCLUSÃO	31
Referências.....	33

ANEXOS	35
Anexo 1: Proposições de Projectos de Turismo Sustentável	36
1. Lembranças: aumentar as despesa dos turistas	36
Resumo do projecto.....	36
Acções.....	36
Resultados esperados	37
Parceiros potenciais do projecto	37
2. Áreas protegidas: Parque Natural Regional Chimalavera	37
Resumo do projecto.....	38
Acções.....	38
Resultados esperados	38
Parceiros potenciais do projecto	39
3. Turismo escuro (dark tourism) Canjala.....	39
Resumo do projecto.....	39
Acções.....	39
Resultados esperados	39
Parceiros potenciais do projecto	40
4. Criação de imagem: valorização de um producto ‘farol’	40
Resumo do projecto.....	40
Acções.....	40
Resultados esperados	41
Parceiros potenciais do projecto	41
Notas: Anexo 1.....	42
Anexo 2: Notícias das actividades sobre o turismo.....	43
Anexo 3: As acções de apoio à sociedade civil.....	48
Anexo 4: Programa da missão e das entrevistas	49
Imagens	
Imagem 1: Angola e suas províncias	2
Imagem 2: Artigo na imprensa especializada	5
Imagem 3: Feira de Artesanato	5
Imagem 4: Artesão local de Lobito	26
Imagem 5: A produção do Mel da Ganda	41
Figuras	
Figura 1. Chegadas internacionais via aérea 2002-2009.....	4
Figura 2: Formação no sector de hotelaria ao nível nacional em 2009	6
Figura 3: Repartição geográfica das unidades hoteleiras na Província de Benguela	20
Figura 4: Disponibilidade de camas no Lobito	20
Quadros	
Quadro 1: Amostra da capacidade de oferta turística na Província de Benguela.....	11
Quadro 2: Um exemplo de excursão de um dia, partindo de Benguela ou do Lobito	12
Quadro 3: Património cultural na Província de Benguela	12
Quadro 4: Decreto executivo conjunto nº42/02 de 27 de Setembro	13
Quadro 5: Lista dos decretos e das resoluções oficiais relativos ao sector da hotelaria e turismo.....	13
Quadro 6: Índice Humano em Angola	14
Quadro 7: Indicadores sociais em Angola	15
Quadro 8: CAN 2010	15
Quadro 9: Parque Natural Regional Chimalavera	27

Quadro 10: Exemplo de um roteiro turístico em oferta incluindo o Parque Chimalavera	38
Quadro 11: As referências ao mel biológico	41
Quadro 12: “Angolan and Zimbabwean ministries of tourism sign protocol”	43
Quadro 13: “Flight to Africa’s Land of Diamonds”	43
Quadro 14: “Projecto público lança centenas de hotéis”	44
Quadro 15: “Angola 35 anos – Independência ‘abriu portas’ para desenvolvimento do turismo”	45
Quadro 16: “Decorre seminário sobre turismo sustentável”	46
Quadro 17: “Turismo em Angola cresce em mais de trezentos por cento”	47

Tabelas

Tabela 1: Ministério de Hotelaria e Turismo - MINHOTUR.....	6
Tabela 2: Dados turísticos de 2009 e do primeiro semestre de 2010	12
Tabela 3: Infra-estructuras Julho 2010	14
Tabela 4: Mapeamento dos actores e parceiros.....	16
Tabela 5: O Potencial turístico (análise FOFA – <i>SWOT</i> na designação Inglesa).....	19
Tabela 6: Abordagem das iniciativas de desenvolvimento do turismo sustentável; “Matriz do Produto - Mercado”	25
Tabela 7: Análise FOFA (<i>SWOT</i> na designação Inglesa)	29
Tabela 8: Dados do Parque Natural Regional Chimalavera	37
Tabela 9: Visita ao Parque	37
Tabela 10: Programa da missão	49
Tabela 11: Programa de entrevistas.....	50



Introdução



INTRODUÇÃO

O turismo, como pilar de desenvolvimento económico, poderá representar, para os Países em Desenvolvimento (PED) e os Países Menos Avançados (PMA), uma fonte de riqueza e uma das possibilidades viáveis de diversificação das economias nacionais. Devido à sua natureza transversal e incidência em todos os sectores da economia, o turismo representa um vector privilegiado para a redução da pobreza e para o crescimento, com vista a atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Os bons resultados obtidos recentemente, apesar da crise global, contribuíram para criar um ambiente propício à implementação crescente de iniciativas no sector do Turismo Sustentável.

A fim de apoiar as autoridades angolanas no aproveitamento destas oportunidades, o projecto TrainForTrade/Angola tem contribuído para a implementação de uma estrutura de formação nacional e de reforço das capacidades na área do comércio internacional, contando com a colaboração das autoridades nacionais e locais, da sociedade civil e do sector privado. Assim, sob a liderança do Comité de Coordenação Nacional, deverá ser criada uma Comissão Técnica sobre o Turismo Sustentável para coordenar as actividades e garantir a sua coerência global.

O Comité de Coordenação Nacional do Projecto elaborou um plano de acção para esta componente, que prevê i) a criação de uma Comissão Técnica sobre o Turismo Sustentável para as questões de desenvolvimento, ii) o reforço das capacidades locais através de seminários a nível das províncias, iii) a elaboração de um estudo nacional de mapeamento da situação do turismo em Angola com um foco nas oportunidades do turismo sustentável, iv) o intercâmbio de boas práticas e ideias no domínio do turismo sustentável (viagem de estudos), v) a divulgação e validação de um plano de acção.

Após a realização do seminário sobre turismo sustentável para o desenvolvimento a nível provincial (Benguela), em Novembro de 2010, desenhou-se o Mapeamento da Situação do Turismo em Angola, que tem por objectivo, além da análise da situação do turismo actual na Província de Benguela, a identificação dos parceiros potenciais e a promoção de iniciativas inovadoras e sustentáveis de turismo.

Neste contexto, o estudo de oportunidades faz uma análise temática, que, em primeiro lugar, tenta compreender a realidade local para a implementação de actividades turísticas sustentáveis usando o instrumento de análise SWOT, e aborda os laços das actividades existentes com a política de desenvolvimento turístico nacional e a estratégia regional; a segunda parte identifica as práticas turísticas e os agentes envolvidos (sector privado, ONG, sector público, sociedade civil...), seus níveis e tipos de envolvimento e suas reais contribuições para o desenvolvimento de um turismo sustentável, e a terceira, propõe ideias para o desenvolvimento de projectos inovadores no âmbito do turismo sustentável em Benguela.

A abordagem metodológica utilizada consistiu na integração da informação qualitativa e quantitativa, através de consultas e entrevistas aos diferentes actores que intervêm no sector do turismo nos níveis nacional, provincial, com enfoque nos municípios de Benguela, Ganda e Lobito.

Imagem 1: Angola e suas províncias





O turismo em Angola: **a indústria da paz**

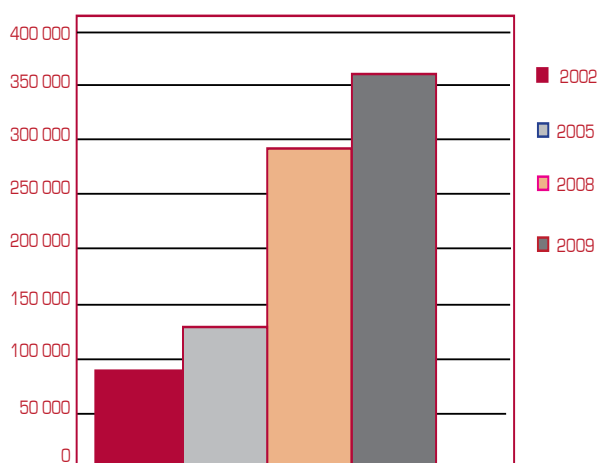


O ambiente de paz que se desfruta em Angola há oito anos tem sido a alavanca para um rápido crescimento económico. No entanto, o desenvolvimento do turismo em Angola é ainda embrionário e com poucas oportunidades nas Províncias e particularmente nos Municípios do interior. Essa situação pode, em si, representar diversas oportunidades para introduzir, desde o início da abordagem, os princípios do turismo sustentável nas estratégias e nas políticas nacionais, particularmente no Plano Director do Turismo previsto para 2012.

Angola tem uma vantagem e uma oportunidade excepcional para transformar o turismo num sector estratégico, que possa impulsionar o desenvolvimento económico e social, protegendo e valorizando os recursos ambientais, apoiando-se num crescimento importante do fluxo de turistas internacionais. Para atingir tal objectivo, será preciso vencer obstáculos inerentes ao sector do turismo angolano, como a falta de formação dos empregados trabalhando na área e a fraca política de concorrência no país.

A. UM CRESCIMENTO EXCEPTIONAL

Figura 1. Chegadas internacionais via aérea 2002-2009



Fonte: MINHOTUR e Boletins Estatísticos do mercado hoteleiro e turístico de Angola 2008 e 2009

A existência de recursos naturais e culturais numerosos e inexplorados, para além da consolidação da estabilidade económica e política no país, permite projectar a tendência do crescimento do número de visitantes e turistas no país nos próximos anos. Apesar do estado embrionário em que se encontra o sector, as estatísticas de chegadas internacionais por via aérea demonstram a sua vitalidade ao nível nacional.

O país vive um clima político e económico favorável devido à reconstrução e ao rápido desenvolvimento macroeconómico, que proporciona o aumento de chegadas internacionais (MICE¹ e VRF²) e, consequentemente, a criação de uma imagem de destino turístico assente em negócios e lazer.

Os principais motivos de chegada de turistas no ano 2009 foram: visita a familiares (42%), serviço (37%) e negócio (21%). Comparado aos anos anteriores (2007 e 2008), onde o motivo de serviço predominava entre o fluxo de turistas em Angola, em 2009 as visitas a familiares apresentaram maior expressão. A grande maioria dos turistas que efectuaram viagens a Angola era do sexo masculino (86%).

Paralelamente, a realização de alguns eventos internacionais, como por exemplo a Copa Africana das Nações (CAN), estimulou a construção de várias unidades hoteleiras³, reforçando o desenvolvimento das actividades turísticas.

No plano da cooperação internacional, Angola assinou, no dia 29 de Outubro de 2010, um Protocolo de Cooperação⁴ com o Zimbabué que foca a formação e o intercâmbio de experiências dos empregados do sector do turismo dos dois países. O Memorando tem como objectivo ajudar a promoção das potencialidades turísticas, o desenvolvimento do turismo na África austral e a identificação de novas áreas de investimento.

A formação inclui cursos de Inglês e de estatísticas turísticas de acordo com os padrões da Organização Mundial do Turismo (OMT). O Ministro da Hotelaria e Turismo, Pedro Mutindi, assegurou que o protocolo irá contribuir para o reforço do sector do turismo em Angola, permitindo ao país aproveitar as oportunidades que estão surgindo no sector.

Imagem 2: Artigo na imprensa especializada



A ATA (Africa Travel Association) reconhece o sucesso que se tem registado e assegura a revista internacional AFRICA Travel Magazine⁶ o seu apoio a Angola.

Neste contexto, em Novembro de 2010, os indicadores nacionais favoreciam Angola, no sentido de se tornar brevemente um novo destino turístico. Os projectos de construção de hotéis à luz dos padrões internacionais, os artigos na imprensa nacional⁵ e na imprensa especializada internacional, e os eventos nacionais e internacionais, como a 1ª Feira de Artesanato e o CAN 2010, são sinais encorajadores para o desenvolvimento do sector turístico a nível nacional

Em Angola, o turismo está inscrito no Plano Nacional 2010/2011, sendo visto como um sector de importante potencial económico, que poderá constituir uma das alternativas de diversificação produtiva, com vista a assegurar o desenvolvimento sustentável, a geração de emprego e a criação de rendimento⁷.

Angola tornou-se pela primeira vez membro do GCI (Global Competitiveness Index⁸) em 2010, ocupando com o Chade as duas últimas posições no ranking mundial (138 países). No entanto, o país ainda não consta da lista do The Travel & Tourism Competitiveness Report 2009⁹. No último relatório do WTTC em 2010 (World Travel & Tourism Council), sob o título Travel & Tourism Economic Impact 2010, que mede a contribuição do turismo na economia nacional, Angola aparece na 67ª posição num total de 181 países, e em 7º no ranking de 42 países da África subsaariana. As previsões do WTTC (growth forecast 2020) mostram uma perda de quota de mercado, passando o país da 64ª posição para a 97ª, e do 7º para o 26º lugar na classificação.

Não obstante, a parte do turismo na economia angolana começa a ser significativa, tendo em conta as receitas directas através dos impostos comerciais, que representaram uma fatia de 500 milhões de dólares em 2009, provenientes de hotéis, restaurantes e agências de viagens. No entanto, existem alguns obstáculos que impedem que o turismo se torne um motor de desenvolvimento efectivo.

Imagem 3: Feira de Artesanato



A primeira Feira Nacional de Artesanato foi organizada em Luanda em 2010

B. OS OBSTÁCULOS E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM ANGOLA

O primeiro seminário sobre as perspectivas do turismo «Que Turismo para Angola?», organizado pelo Ministério de Hotelaria e Turismo no Dia Mundial do Turismo em 27 de Setembro de 2010, contou com a participação de vários Ministros. Apesar do facto que os resultados deste seminário não terem sido divulgados até a conclusão deste estudo, acredita-se que o tema do visto de entrada para os turistas estrangeiros tenha sido identificado como um dos principais obstáculos.

A realidade de outros países, em particular africanos, demonstra que onde há mais disponibilidade de vistos, incluindo nos aeroportos, à chegada dos turistas, há maiores arrecadações turísticas. Se esse processo não for possível, será ainda mais difícil otimizar o potencial turístico de Angola¹⁰.

É também essencial afirmar que, à excepção de alguns destinos turísticos como o Egipto, África do Sul, Marrocos, Tunísia, Botswana e Quênia, o turismo de negócios é o mais importante segmento no continente africano. Ao nível mundial, uma média de 80% do turismo de lazer é constituída por fluxos nacionais (nacionais e residentes estrangeiros que viajam dentro do país de acolhimento).

Em segundo lugar, a contribuição do sector tende a declinar, tornando-se um elemento negativo para o desenvolvimento do país. Segundo as previsões do World Travel & Tourism Council (WTTC), a contribuição do turismo no Produto Interno Bruto (PIB) declinará de 10.8% em 2010, para 8.3% em 2020¹¹.

Do mesmo modo, a contribuição da economia do turismo nos empregos directos e indirectos diminuirá de 8.9% (1/11.2 empregos) até 6.8% (1/14.7 empregos) em 2020.

Esta realidade pode ser associada ao facto do turismo posicionar-se em 10º lugar como prioridade nos objectivos do sector económico do Executivo de Angola¹². Designadamente, os cinco objectivos prioritários do sector económico são:

- Agricultura;
- Pescas;
- Petróleo;
- Geologia e Minas;
- Indústria transformadora.

Neste quadro, o reforço institucional e a formação dos funcionários podem contribuir para alterar as tendências negativas previstas pelo WTTC, pois permitiriam a modernização do sector, o aumento das capacidades técnicas e estratégicas, o que, entre outras consequências, facilitaria a elaboração de Planos Directores de Turismo sustentável.

No âmbito político, a primeira Política Nacional do Turismo foi publicada em Julho de 1997¹³. As questões do marketing do país (promoção, materiais, Feiras internacionais, etc.) estão sob a tutela do INFOTUR¹⁴ do Ministério.

Tabela 1: Ministério de Hotelaria e Turismo - MINHOTUR

Data de criação	1997
Números de trabalhadores	240 ¹⁵
Prioridades	Plano Director do Turismo (previsto para 2012), incluindo o IRT - Inventário dos Recursos Turísticos
	Revisão da legislação em vigor no sector
	Reforço institucional e formação de funcionários

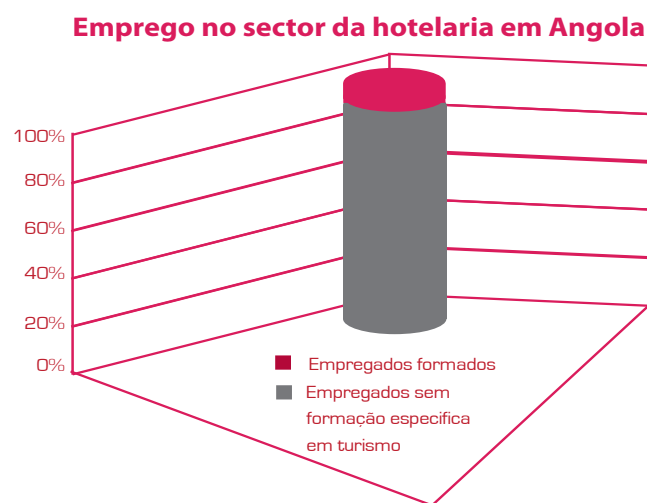
Apesar disto, em relação ao ordenamento da actividade o país não dispõe de uma estratégia coordenada com base na legislação em vigor. A nova Direcção Nacional de Ordenamento de Projectos Turísticos (DNOPT), criada sob o Decreto Presidencial nº82/10 de 27 de Maio 2010, confirma todavia a tendência de mudança da política do MINHOTUR.

A DNOPT determina que, no que concerne aos planos de Ordenamento do Território, todo e qualquer processo referente ao Sector do Turismo deverá merecer o parecer técnico desta e dos Governos Provinciais. A DNOPT tem as seguintes competências:

- Definir as áreas de interesse turístico;
- Estudar e propor a criação de áreas consideradas de interesse para o turismo nos pólos de desenvolvimento turísticos, no âmbito do ordenamento territorial do turismo;
- Articular a estratégia turística com o ordenamento e o planeamento do território
- Dar parecer sobre os planos regionais do ordenamento e do planeamento do território;
- Emitir parecer técnico em relação aos pedidos de informação prévia sobre a viabilidade de instalação dos empreendimentos turísticos;
- Emitir declarações para obtenção de licença de construção junto aos órgãos da administração local.

A formação dos recursos humanos aparece como tema recorrente no sector turístico em Angola. No entanto a qualidade e a eficiência do serviço nos hotéis está aquém do desejado. A nível nacional, em 2009, apenas 1 em cada 27 empregados hoteleiros tinha formação na área.

Figura 2: Formação no sector de hotelaria ao nível nacional em 2009



Fonte: MINHOTUR / Direcção Nacional de Formação Hoteleira e Turística

Essa percentagem pode mesmo ser maior, sobretudo nas zonas periféricas de Luanda e das capitais provinciais.

Assim, a formação dos quadros encontra-se numa situação preocupante, mesmo contando com o número de pessoas formadas noutras áreas do saber. Consequentemente, o maior desafio do sector é a profissionalização dos operadores, em particular daqueles que entraram no sector pela facilidade proporcionada no quadro da privatização das unidades hoteleiras.

Com a obtenção da paz, a retoma económica e a organização do CAN 2010, um dos importantes investimentos foi a reabilitação das infra-estruturas aeroportuárias, rodoviárias e hoteleiras, a fim de aumentar

as capacidades receptoras. Os trunfos, em termos de potencialidades turísticas de Angola, são verdadeiros e se afirmam com o crescimento excepcional do número de entradas de turistas no país durante os últimos anos.

No entanto, o desenvolvimento do sector ainda se encontra limitado por diferentes obstáculos, tais como os processos administrativos (como é o caso dos vistos de entrada), a política de preços nas unidades hoteleiras, a falta de preparação dos actores e a fraca promoção do país como destino turístico.

Com o intuito de aprofundar esta análise, o capítulo seguinte se dedica a um estudo das dinâmicas do turismo a nível provincial.

NOTAS: CAPÍTULO I

1. MICE = Reuniões, incentivos, conferências e exposições (Meetings, Incentives, Conferences and Exhibitions)
2. VFR = Visita a amigos e família
3. Em Anexo 2
4. Em Anexo 2
5. Em Anexo 2
6. Em Anexo 2
7. Ministério do Planeamento (Dezembro 2009). Plano Nacional 2010/2011, pag 34
8. The Global Competitiveness Report 2010-2011 – World Economic Forum
9. World Economic Forum
10. Mesmo durante o CAN 2010 a obtenção de vistos era difícil. Alguns grupos de adeptos não conseguiram viajar para Angola. Ex. Apenas 1/3 dos vistos solicitados por Moçambique foram concedidos. A obrigação da carta de chamada tornou o processo pesado para muitos visitantes
11. WTTC (World Travel & Tourism Council) – Travel & Tourism Economic Impact 2010
12. Ministério do Planeamento (Dezembro 2009). Plano Nacional 2010/2011
13. I Serie - No 29 (20 de Junho de 1997) – Comissão Permanente do Conselho de Ministros – Resolução No 7/79 – Aprova a Política Nacional de Turismo
14. Não foi possível reunir com a instituição durante a missão
15. Em comparação, existem cerca de 400 trabalhadores no Ministerio do Comércio

2



As dinâmicas do turismo na **Província de Benguel**



A. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DE BENGUELA

1. Contexto histórico e geográfico

A Província de Benguela é uma das 18 Províncias da República de Angola. Situa-se na Costa Ocidental, a 600 quilómetros a Sul de Luanda, entre os 12° 32' 50" e 15° 07' 00" de longitude Este, 11° 47' 00" e 13° 53' 00" de latitude sul, abrangendo uma área de 39,826 km², que correspondem a 3,19% do território nacional. É limitada a Norte pela Província do Kwanza Sul, a Leste pela Província de Huambo, a Sudeste pela Província de Huila, a Sudoeste pela Província de Namibe, sendo banhada a Oeste pelo Oceano Atlântico numa extensão de 200 km.

A Província tem a sua sede na cidade com o mesmo nome. Administrativamente está dividida em 9 municípios e 27 comunas, sendo 3 municípios no litoral (Benguela, Lobito e Baía Farta) e 6 no interior (Ganda, Cubal, Chongoroi, Bocoio, Balombo e Caimbambo).

Benguela afirma-se como a segunda aglomeração urbana de Angola, centro de negócios e plataforma de internacionalização intercontinental do país, fruto das infra-estruturas portuárias e ferroviárias de que dispõe, que lhe confere um grande potencial de ligação para alguns países encravados do continente africano.

The relationship between economic growth and science, technology and innovation (STI) is complex. On the one hand, from a theoretical standpoint, there is broad agreement that innovation is one of the chief sources of economic growth. Empirical evidence also shows that the most innovative countries and those which invest most in research and development (R&D) are also the most developed or most strongly growing countries (ECLAC, 2008).

2. Contexto económico e socioambiental

A Província é uma das cinco que integram o Planalto Central do Huambo e as zonas subplanálticas de transição norte, com condições ambientais moldadas pela altitude e pela localização continental, com um clima mesotérmico, chuvoso.

Tradicionalmente, a economia camponesa apoiava-se na produção de cereais e tinha uma forte componente mercantil. A cultura do milho é a base alimentar e tem forte participação na comercialização, complementada por outras culturas anuais para consumo e para o mercado, com realce para o feijão, a batata rena e hortícolas. A Província de Benguela é também dominante na cultura do café arábica explorada na Comuna da Chicuma, Município da Ganda, e em quase todo o seu território é praticada a economia agropastoril¹.

B. A SITUAÇÃO ACTUAL DO TURISMO

Os comentários mais ouvidos da parte do sector privado em Benguela e no Lobito durante o trabalho de campo, em Novembro de 2010, é de que “as potencialidades são enormes, mas o mercado está totalmente virgem!”.

De facto, o potencial turístico da Província de Benguela é caracterizado por paisagens rurais, termais, monumentos históricos e boas praias, que se estendem ao longo dos 200 km de costa. As praias mais famosas, com excepção da Restinga de Lobito, estão situadas a sul da cidade de Benguela. A rede hoteleira concentra-se principalmente nas cidades de Benguela e do Lobito. A província está servida por hotéis, pensões, restaurantes, bares nocturnos e recintos de dança. A rede hoteleira tem tradição desde os anos 60, sendo o Hotel Terminus, inaugurado em 1932, o seu maior exemplo. Pela sua longevidade, este hotel foi classificado como Património Histórico Nacional. Renovado em 2004 e mantendo a sua imponência de outrora, o Hotel Terminus é um ‘ex-libris’ da hotelaria angolana.

As ilustrações na página seguinte foram produzidas precisamente para demonstrar a situação actual do turismo na província.

As viagens de turistas ou excursões de lazer a locais que despertam interesse são essencialmente feitas aos fins-de-semana por turistas internos (nacionais e alguns residentes estrangeiros), tendo como objectivo as praias. Os estrangeiros que viajam a Benguela são turistas de negócios. A Direcção do Comércio, Hotelaria e Turismo analisou os dados de 2009 e do 1º semestre de 2010, e concluiu que a média de permanência é de 1,6 noite por turista.

Quadro 1: Amostra da capacidade de oferta turística na Província de Benguela

Serviços directos para os turistas: alojamento e restauração

Aparthotéis, hotéis, pensões, hospedaria, restaurantes, bares...



Atracções

Visitas e actividades em áreas protegidas



Património natural e paisagens – Litoral e interior



Património histórico



Suporte ao turismo: infra-estruturas

Estradas novas, bons caminhos de terra, comboio, rios e pontes...



Serviços directos para os turistas

Lembranças, artesanato e produção local



Café
Mel de eucaliptos
Tabaco
Estatuetas de madeira
Postais
Feijão
Cestos...

Quadro 2: Um exemplo de excursão de um dia, partindo de Benguela ou do Lobito

- Partida e chegada do hotel
 - Passeio em viatura todo-o-terreno c/motorista
 - Pequeno-almoço no “Parque Chimalavera”
 - Visita às praias do litoral azul
 - Visita ao rio Catumbela
- Preço:** USD 120 / pax
USD 80 / pax (sem refeições)
(mínimo 2 pax)

Quadro 3: Património cultural na Província de Benguela

- 12 Monumentos classificados
- 2 Centros históricos (Benguela e Catumbela)
- 10 Sítios arqueológicos
- 100 Monumentos não classificados

Fonte: Direcção Provincial da Cultura da Província de Benguela

Tabela 2: Dados turísticos de 2009 e do primeiro semestre de 2010

Chegadas	2009	1º Semestre 2010
Angolanos residentes	6 916	7 932
Angolanos não residentes	1 379	2 449
Estrangeiros	11 238	5 048
Total	19 533	15 429

Fonte: Relatórios 2009 e do 1º Semestre 2010, DPCHT Benguela

A Província dispõe de recursos naturais, culturais e socioeconómicos que, na essência, constituem as linhas básicas que poderão permitir o progresso do turismo na Província. Contudo, os lugares com mais potencial turístico no interior estão adormecidos ou abandonados, como as águas termais de Balombo e a Cascata de Cubal².

É importante ressaltar que o crescimento do sector do turismo internacional requer decisão política para diminuir as dificuldades de obtenção do visto e facilitar as entradas dos estrangeiros no país. É difícil considerar hoje o mercado internacional no âmbito do turismo de lazer com as condições existentes.

1. Esquema actual de regulamentação do turismo

O estado actual da regulamentação do turismo inscreve-se no conjunto de normas estabelecidas pelo Ministério de Hotelaria e Turismo, que orienta o exercício das actividades turísticas no país. Neste quadro, foram instituídos órgãos afins, como o INFOTUR, com o seguinte mandato:

Os aspectos relativos ao desenvolvimento social e cultural deste programa, com realce para seus pontos (e) e (i), fazem referência directa ao turismo sustentável:

- (e) «promover a igualdade, oportunidade e reintegração social no apoio aos jovens, ex-combatentes, a família, a promoção da mulher e aos portadores de deficiência; e
- (i) «ser referência nacional na preservação da cultura e todas as suas formas de expressão, utilizando a Cultura como uma forma de marketing do município, motor do desenvolvimento do turismo e como fonte de geração de trabalho e renda».

O sector do turismo enquadra-se em todos os seis pontos do domínio do Desenvolvimento Económico. O último ponto (f) trata do turismo e afirma claramente a política da Província de Benguela no sentido de se restabelecer «como um centro turístico de referência do país».

A médio-prazo, de acordo com o programa do Governo no âmbito do PIP 2009-2010, os projectos do sector de hotelaria e turismo são numerosos e variados. Está prevista a construção e o apetrechamento de seis Centros de Informação Turística (CIT) na Baía Farta, Balombo, Benguela, Cubal, Ganda e Lobito. Paralelamente, existe um projecto para inventariar e diagnosticar o potencial turístico, identificando as acções necessárias para melhor aproveitamento e exploração do potencial turístico dos municípios da Baía Farta, Balombo, Benguela, Bocoio, Caimbambo, Chongoroi, Cubal, Ganda, e Lobito.

Quadro 4: Decreto executivo conjunto nº42/02 de 27 de Setembro

Este Decreto visa adequar a orgânica do Instituto de Fomento Turístico de Angola às regras de organização, estruturação e funcionamento dos institutos públicos, estabelecidas pelo Decreto – lei n.º1/01 de 24 de Maio;

Nos termos das disposições combinadas do artigo n.º 36.º do Decreto – lei n.º1/01 e do n.º 3 do artigo 114.1/01 da lei Constitucional, foi determinado o Programa Provincial de Médio-Prazo 2009-2013, Governo da Província de Benguela, com enfoque nos seguintes quatro domínios³:

I – Desenvolvimento Social e Cultural

Promover o desenvolvimento humano dos benguelenses, erradicando a fome e a pobreza, promovendo o nível educacional e sanitário da população, garantindo a igualdade, reintegração social e oportunidade, numa sociedade democrática e participativa.

II – Desenvolvimento económico

Garantir um ritmo elevado de crescimento económico local sustentável, afirmando as suas potencialidades e vantagens comparativas nos sectores da agro-pecuária, das pescas, da indústria, do transporte e do turismo.

III – Desenvolvimento das Infra-estruturas e Ambiente

Desenvolver de forma harmoniosa e ordenada o território da Província, garantindo a mobilidade, habitação e o respeito ao meio ambiente, com a melhoria da qualidade de vida da população.

IV – Desenvolvimento Institucional

Possuir uma máquina administrativa moderna e tecnologicamente avançada para corresponder às modernas técnicas de gestão, de forma intersectorial, alinhada com as estratégias do Governo Central e com os indicadores de resultados reconhecidos pela comunidade internacional.

Quadro 5: Lista dos decretos e das resoluções oficiais relativos ao sector da hotelaria e turismo

I Série – Nº 21 (25 de Janeiro de 1975)

Decreto Nº 66/75 de 25 de Janeiro ref. Estabelecimentos hoteleiros e similares

I Série – Nº 29 (20 de Junho de 1997)

Comissão Permanente do Conselho de Ministros
Resolução Nº 7/97 – Aprova a Política Nacional de Turismo

I Série – Nº 31 (27 de Junho de 1997)

Comissão Permanente do Conselho de Ministros
Resolução Nº 9/97 – Aprova a estratégia sectorial da Hotelaria e Turismo

I Série – Nº 38

Decreto-Lei Nº 6/97 – Estabelece as normas respeitantes ao aproveitamento dos recursos turísticos do país e ao exercício da indústria hoteleira e similares – Revoga o Decreto6Lei Nº 49399, de 24 de Novembro de 1969, posto em vigor em Angola por força da Portaria Ministerial Nº 208/74 de 20 de Março e toda a legislação em contrário.

Fonte: Diário da República – Ógão Oficial da República de Angola

O futuro Hotel Escola de 3 estrelas, com uma capacidade de 600 alunos/ano, encontra-se em Benguela. O subprograma de marketing turístico da Província contempla um calendário de eventos, roteiros turísticos, sites na internet, bem como uma assessoria de imprensa permanente. Existem também projectos de parcerias público-privadas (PPP), estando prevista a construção de um aldeamento no Parque Chimalavera, hotéis de 2 ou 4 estrelas de 40 a 100 quartos no Dombe Grande, Baía Farta, Baía Azul e na Caota.

A última série de projectos está relacionada com o apoio ao desenvolvimento, através da criação de um centro ou banco de dados, disponibilização de informações turísticas e hoteleiras, um subprograma de formação profissional e técnica em hotelaria e turismo, e outros nove subprogramas de sensibilização para a valorização do turismo na região, com realce para as actividades viradas para a sensibilização da população local, das entidades policiais e doutras directamente ligadas à causa turística e à formação contínua de mão-de-obra na Baía Farta, Balombo, Benguela, Bocoio, Caimbambo, Chongoroi, Cubal, Ganda e Lobito.

2. As infra-estruturas turísticas

A reabilitação e a melhoria das infra-estruturas e dos eixos rodoviários provinciais favorecem o crescimento do turismo. Além disso, o desenvolvimento do sistema integrado de infra-estruturas de base, incluindo a energia eléctrica e a água, bem como o crescimento urbanístico ordenado com a preservação do meio ambiente, favorecerá o desenvolvimento do turismo sustentável.

Tabela 3: Infra-estruturas Julho 2010

Alojamento	
Camas	2088
Quartos	1951
Estabelecimentos	115

Classificação Segundo a dimensão	
Unidades com < 5 camas	8
Unidades de 5 a 9	43
Unidades de 10 a 19	34
Unidades de 20 a 29	19
Unidades de 30 a 39	4
Unidades de 50 a 99	4
Unidades de 100 a 249	3

Repartição Segundo o tipo de alojamento	
Hotéis	13
Aparthotéis	3
Pensões	44
Pousadas	2
Hospedarias	51
Complexo turístico	1
Campismo	1

Fonte: Relatório do I Semestre 2010, Direcção Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo

Quadro 6: Índice Humano em Angola

Segundo o relatório do PNUD 2010⁴, o índice de desenvolvimento humano em Angola é de 0.403. O país situa-se na 146ª posição num ranking de 177 países. Em Angola, 58.4% dos angolanos são considerados pobres. A incidência de pobreza é mais alta no meio rural que no meio urbano.

Fonte: PNUD/IDH. Edição 20ª, 2010: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf

O sector do turismo em Benguela tem conhecido um crescimento substancial, não só fruto da paz em que vive o país desde 2002, mas sobretudo pela pressão da chegada de estrangeiros, em negócios e eventos desportivos organizados por Angola. Em resultado disso, aumentou também o número de infra-estruturas turísticas para 3.127 estabelecimentos, absorvendo uma força de trabalho estimada em 134 mil empregados, dos quais apenas cinco mil têm formação média, básica, ou superior ligada ao sector⁵.

A meta, em termos do desenvolvimento da hotelaria e do turismo, é aumentar o número de hotéis na província, para atingir 4118 camas na globalidade, em 2013. A segunda meta é aumentar o fluxo de turistas na província, para uma movimentação de 225.000 turistas por ano.

3. O papel do turismo na luta contra a pobreza

O turismo desempenha um papel chave para a economia local devido aos efeitos de arrastamento sobre o emprego e noutros sectores produtivos e de serviços.

Em relação a Benguela, pode-se considerar que a actividade turística ainda possui margem de evolução para contribuir para o desenvolvimento económico local, não obstante a falta de incentivos para a diversificação dos produtos turísticos que permita a redução dos custos de investimento. Como efeito, o turismo local continua a ser mais um sector de sobrevivência e, por enquanto, não contribui para o aumento da renda dos investidores, nem indirectamente para as camadas pobres associadas ao sector.

Ademais, e tal como sucede noutros sectores económicos, existe um imposto de consumo de 10% para as unidades de alojamento e de restauração, dos quais 6% se destinam às despesas públicas e 4% ao fomento do turismo. No entanto, os operadores turísticos privados reclamam do destino dado aos 4% que deviam ser direccionados ao fortalecimento do sector.

Não obstante, a situação de pobreza na Província melhorou notoriamente devido aos esforços empreendidos pelo Governo na construção de infra-estruturas. A situação actual da Província de Benguela é muito distinta da que se viveu no período de guerra, caracterizada por indicadores sociais muito baixos.

Quadro 7: Indicadores sociais em Angola

O país, de maneira geral, vivia dentro de circunstâncias especiais, o que inviabilizou a melhoria de vida da maioria da população⁶:

- Mais de 60% do povo abaixo de níveis médios de pobreza
- Mais de um terço da população na condição de deslocado
- 2ª maior taxa de mortalidade infantil a nível mundial, com 200 mortos em 1000 nascidos
- Dezenas de milhares de crianças de rua
- Mais de 100 mil mutilados de guerra angolanos
- Esperança de vida inferior a 42 anos de idade
- Mais de 70% de analfabetos
- Salários muito baixos e desemprego acima de 55%
- Fuga acentuada e crescente de jovens e quadros nacionais para o estrangeiro

Fonte: Júlio Cardenas Perez, *A pobreza, o flagelo da humanidade. Sua presença num bairro da África austral*. <http://br.monografias.com/trabalhos2/a-pobreza-angola/a-pobreza-angola.shtml>

Duma forma geral, os esforços empreendidos permitiram uma melhoria da empregabilidade nas camadas mais pobres. Além disso, a livre circulação de pessoas e bens é um marco para as acções de redução da pobreza, porque permite às populações exercerem actividades economicamente úteis.

Há, portanto, a considerar a necessidade de reforçar os mecanismos que permitem o aumento da renda das pessoas economicamente desfavorecidas, através da profissionalização dos serviços de apoio ao sector do turismo.

Neste contexto, o turismo pode ser regulamentado, permitindo a oferta de pacotes atractivos. O processo pode ser acompanhado da criação de bases logísticas com custos controlados, através da regulamentação dos preços de serviços e do desenvolvimento de políticas de turismo que, por exemplo, facilitem a emissão de vistos.

4. Identificação e mapeamento dos atores na Província de Benguela

O universo de actores que intervêm no desenvolvimento do sector do turismo é vasto, abarcando quase todos os segmentos sociais, repartidos pelos sectores público, privado e social, designadamente:

Quadro 8: CAN 2010

Foi difícil construir-se uma opinião sobre o impacto económico do CAN 2010 na Província de Benguela. Alguns falam de fracassos com os hotéis que ficaram vazios. Outros falam de hotéis cheios a 100% por 20 ou 25 dias. Há relatos frequentes de que os adeptos de algumas equipas fizeram arranjos em relação ao alojamento com pessoas nos bairros. Outros ficaram na placa do aeroporto, com o avião mobilizado até ao fim do jogo para regressarem a Luanda. Outros preferiram a praia. Outros dormiram nas pensões mas compraram ingredientes para com a ajuda dos cozinheiros das pensões confeccionarem a sua própria comida. Outros não puderam entrar no país por não obterem o visto de entrada.

Todos reconhecem o investimento feito pelo Governo em prol do CAN. Apesar disso, o sector privado não parece ter merecido a atenção suficiente, de modo a aumentar a sua capacidade de resposta ao mercado.

Direcção Provincial do Comercio, Hotelaria e Turismo - Organização interna

- Recursos humanos: A DPCHT conta com um efectivo de 57 funcionários;
- Serviços de apoio consultativo: A DPCHT conta com dois Órgãos de apoio consultivo – o Conselho de Direcção Restrito (CDR) e o Conselho de Direcção Alargado (CDA).

As acções concretas do sector na Província incluem apoio metodológico e funcional às unidades hoteleiras para a sua reclassificação em termos de qualidade (por exemplo, a construção da Hotel Escola, em Benguela, cujo arranque foi previsto para princípios de Novembro 2010), e a tomada de medidas contra a ocupação anárquica dos espaços enquanto não é aprovado um Plano Director de Turismo, e, em colaboração com o Governo Provincial, vedar ou colocar placas “Reservas do Estado” em zonas de interesse público e em sítios com alta pressão urbanística, na maioria dos casos nas praias.

Por exemplo, a Direcção Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo orientou, durante a 2ª reunião do Conselho de Direcção Alargado de 18 de Outubro de 2010⁷, o levantamento de locais de interesse turístico (descrição e fotografia). Os participantes no encontro receberam orientações de como fazer o cadastro destes locais, sendo importante conhecer a sua

história, datas importantes, imagens fotográficas e distância a partir da sede provincial. Na mesma reunião, foi recomendado que as repartições municipais incentivassem os proprietários das fazendas agrícolas a contactarem a Direcção Provincial, no âmbito do aproveitamento dos locais turísticos.

Direcção Provincial da Cultura

Em termos de benefícios financeiros, não está legislado por enquanto o pagamento das entradas nos monumentos. Existe em todo o país apenas um monumento que cobra um preço módico de entrada, que é o Museu da História Natural em Luanda. Este Museu funciona em regime de Parceria Público-Privada (PPP).

O património histórico e cultural constitui um produto com grande potencial turístico. Por exemplo, um livro sobre o património arquitectónico classificado e não classificado, publicado em 1995, esgotou-se, não existindo sequer um exemplar na Direcção de Cultura.

A primeira Feira Nacional de Artesanato foi organizada em Luanda, em Outubro de 2010. A Direcção Provincial da Cultura de Benguela apoia os artesãos da Província recolhendo os produtos e contribuindo com transporte para as feiras que frequentemente ocorrem em Luanda. A Direcção intervém até ao nível municipal com uma rede de pessoas que fazem a identificação e a recolha das peças.

Na preparação da CAN 2010, foi constituída uma comissão pela Direcção para elaborar uma carta turística de Benguela e também para formar guias.

Associação de Hotelaria de Benguela

Constituída em 1993, não apresenta um trabalho visível junto do governo. O seu presidente nunca foi reeleito e os mais de 110 membros encontram-se praticamente inactivos. A actual direcção pretende re-dinamizar a associação com pelo menos cinco membros activos.

A prioridade para 2011 é o desmembramento da associação em várias associações profissionais, nas áreas de:

- Alojamento;
- Restauração;
- Agência de viagens e guias.

Mapeamento dos actores e parceiros

A tipologia e a dinâmica dos actores e parceiros no sector do turismo são diferenciadas entre os que detêm maiores capacidades e habilidades de intervenção e aqueles com limitada consistência organizacional e de relações. Distintamente registam-se os seguintes:

Tabela 4: Mapeamento dos actores e parceiros

Actores / Parceiros	Seus interesses e responsabilidades	Benefícios potenciais para o destino e as comunidades	Envolvimento em turismo
Sector privado ^b (operadores turísticos, alojamento, restauração, guias e transporte)	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento e promoção duma variedade de empresas (facilidades, produtos e serviços) da qual a indústria turística depende 	<ul style="list-style-type: none"> • Uma variedade de benefícios económicos e sociais locais associados ao desenvolvimento de empresas, rendimento e emprego 	Sim
Associação de Hoteleiros e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o sector privado com uma nova associação dinâmica e desenvolvimento duma voz para colaborar com as Direcções Provinciais e aumentar as iniciativas de Parcerias Público-Privado (PPP) 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenvolvimento de empresas, rendimento e emprego no sector do turismo • Facilitar o fomento do turismo através dos 4% da taxa de consumo 	Sim
Comunidades e empresários de negócios locais	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento e promoção de produtos e serviços com respeito do ambiente e da cultura locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das oportunidades locais em termos de emprego, bem-estar e orgulho local 	Não
Direcção Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo Benguela	<ul style="list-style-type: none"> • Actividades ligadas à identificação, planeamento e gestão das unidades hoteleiras e restaurantes, das atracções e sítios turísticos, em colaboração com o sector privado (serviços) 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenvolvimento económico local (aumento das chegadas turísticas) e desenvolvimento de projectos e programas ajudando as comunidades locais 	Sim

Actores / Parceiros	Seus interesses e responsabilidades	Benefícios potenciais para o destino e as comunidades	Envolvimento em turismo
Direcção Provincial do Ambiente, Recursos Naturais, e Florestais DP Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> Actividades incluindo planeamento e gestão das áreas protegidas e das zonas periféricas para assegurar o apoio ao ecoturismo como ferramenta para a conservação e desenvolvimento de mercados agrícolas Avaliação das actividades ecoturísticas nas áreas protegidas para assegurar o equilíbrio com os objectivos de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento dos fundos para a gestão das áreas protegidas Desenvolver uma sensibilização sobre assuntos de conservação da biodiversidade Novos mercados desenvolvidos para os produtos agrícolas Ecoturismo abre uma oportunidade ao emprego e rendimento locais e permite um apoio à conservação da biodiversidade 	Sim
Direcção Provincial da Cultura	<ul style="list-style-type: none"> Actividades ligadas à valorização da cultura e do património angolano e à gestão dos sítios ao nível local Criação de um contexto favorável para a produção de lembranças turísticas 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento dos recursos financeiros para a conservação do património Divulgação de conhecimento da cultura local fora dos limites da Província e das fronteiras do país Desenvolvimento do turismo sustentável ajuda a diversificação da economia e da indústria locais 	Sim
Comando Provincial da Polícia Nacional de Benguela	<ul style="list-style-type: none"> Segurança e bem-estar dos turistas 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do turismo sustentável aumenta o orgulho local, o bem-estar e a segurança locais 	Sim
Direcção Provincial das Finanças	<ul style="list-style-type: none"> Rendimentos recebidos das actividades turísticas Fundos reservados para os departamentos ligados ao turismo Facilitar o acesso ao crédito bancário para as empresas locais 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento dos rendimentos a partir das taxas directas e indirectas das actividades turísticas apoiando os programas provinciais de desenvolvimento 	Não
Direcção Provincial de Transporte e Obras Públicas	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento e gestão dos acessos às atracções e sítios turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento dos fundos da Província para as estradas, o transporte e a construção 	Não
Direcção Provincial de Educação, Ciência e Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de conhecimento e compreensão da formação em turismo sustentável Pesquisa para guiar a futura estrutura do turismo sustentável Produção de formandos profissionais em turismo sustentável Desenvolvimento de cursos em turismo sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de novas oportunidades educativas com benefícios para o país Assistência dos projectos turísticos para o desenvolvimento dos programas escolares 	Não
Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar cooperação e sinergias na planificação do turismo sustentável Redes de terra e direitos das comunidades Política de redução da pobreza 	<ul style="list-style-type: none"> A transversalidade do turismo encoraja a cooperação entre as Direcções Provinciais Assegurar os direitos das comunidades / Melhor distribuição dos benefícios 	Não
Direcção Provincial de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> Gestão dos serviços de saúde para os turistas 	<ul style="list-style-type: none"> O crescimento do turismo sustentável oferece uma melhor sensibilização local aos assuntos de saúde e de higiene Assistência aos projectos turísticos para apoiar programas locais de saúde 	Não

Actores / Parceiros	Seus interesses e responsabilidades	Benefícios potenciais para o destino e as comunidades	Envolvimento em turismo
Direcção Provincial da Administração Pública, Emprego e Segurança Social	<ul style="list-style-type: none"> Redes de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> Protecção dos trabalhadores no sector do turismo Melhor eficiência 	Não
Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher	<ul style="list-style-type: none"> Assuntos de género introduzidos na agenda do turismo e no planeamento turístico 	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidades empresariais no turismo para o “empoderamento” das mulheres 	Não
Associações Juvenis	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação das informações sobre o desenvolvimento do turismo sustentável na Província 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento das oportunidades para pequenas empresas locais, bem-estar e orgulho locais 	Não
Universidade Katyavala Bwila / Departamento de Geografia do ISCED, Benguela	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento local 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio técnico às fases (1) localização e (2) caracterização / descrição dos recursos turísticos no Município da Ganda com objectivo de desenvolver o turismo rural e agro-turismo Apoio à produção de material promocional em termos de conteúdo dos livrinhos, panfletos, folhas... 	Sim
ONG e agências de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> Peritos em turismo sustentável e apoio aos projectos ao nível local 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio aos Municípios e à Província para atingir os objectivos da Província 	Não

Apesar de estarem envolvidos no sector da hotelaria e do turismo, os vários actores deveriam cooperar mais entre si, no sentido de servirem como parceiros do destino ‘Benguela’, na reflexão conjunta sobre o desenvolvimento do turismo na Província, através de uma visão comum e de uma planificação ordenada das actividades.

C. OS DESAFIOS DO TURISMO NA PROVÍNCIA DE BENGUELA

Com vista a compreender-se o contexto local para a implementação de actividades turísticas sustentáveis, foram realizados dois exercícios com grupos de interesse na sede do município da Ganda e na da província de Benguela para realizar uma análise dos pontos fortes e debilidades, oportunidades e obstáculos existentes. A Tabela 5 faz uma abordagem dos laços das actividades existentes com a política de desenvolvimento turístico nacional e com a estratégia provincial.

1. O Potencial turístico (análise FOFA – SWOT⁹ na designação Inglesa)

Refira-se à Tabela 5.

2. O papel da sociedade civil nas dinâmicas do turismo

O papel da sociedade civil é claramente definido como organização não-estatal sem fins lucrativos, tendo em vista a prossecução do bem comum ao nível duma unidade, seja ela bairrista, profissional ou social. Nalguns países em desenvolvimento o seu papel já é reconhecido.

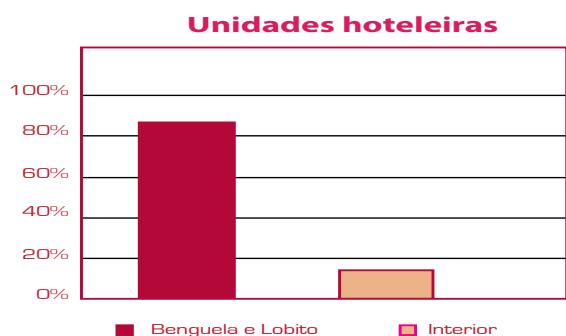
Em Angola, o papel da sociedade civil tem evoluído substancialmente, e este segmento tem funcionado com perícia técnica no processo de dinamização comunitária. Tendo em conta os obstáculos que enfrenta relativamente à luta contra a pobreza, a sociedade civil necessita de um programa de apoio concreto¹⁰ que lhe permita definir os diferentes níveis de estruturação¹¹ e a adopção de estratégias para o seu fortalecimento.

Tabela 5: O Potencial turístico (análise FOFA – SWOT na designação Inglesa)		
Objectivo: Apoiar o desenvolvimento do turismo sustentável na Província de Benguela		
Origem do factor	Positivo: Ajuda a atingir o objectivo	Negativo: Impede a atingir o objectivo
<p>Interna</p> <p>Actual possibilidade de controlar e influenciar</p>	<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Litoral e interior • Turismo de lazer / Praia • Turismo de negócios / Centros urbanos • Património arquitectónico nas cidades de Benguela e Lobito • Posição central da Província - Acesso-passageira / Norte – Sul do país e Luanda – interior • Infra-estruturas / Estrada – Aeroporto – Porto • Unidades hoteleiras no litoral • Entretenimento / discotecas • Comunicação • Águas termais no interior / Balombo e Cubal • Mão-de-obra disponível 	<p>Debilidades</p> <p>Ao nível provincial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de visão para o destino • Poucos trabalhadores formados em hotelaria • Formação hoteleira inexistente • Poucos operadores turísticos • Ausência de guias turísticos • Fraqueza do financiamento • Altas importações • Altos preços dos produtos de base • Ruptura na oferta dos produtos de base nas lojas • Limpeza das praias • Ausência de pacotes turísticos • Ausência de política para valorizar os recursos naturais e culturais • Ausência de Plano de Ordenamento / Construções anárquicas / Desordem no litoral • Ausência de informação turística • E-Marketing • Preços de hotéis <p>Ao nível nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Turismo como sector de prioridade do Governo • Legislação do turismo / Leis • Plano Director de Turismo • Concertação e diálogo com os actores das Províncias
<p>Externa</p> <p>Para o futuro Fora do controlo directo</p>	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas / Aeroporto internacional – Comboio • Património cultural / Fortes tradições no interior • Turismo rural no interior • Actividades náuticas ex. mergulho • Montanhas (actividades desportivas ex. escalada e parapente) • Mercado nacional emergente / crescimento da procura • Divulgação da imagem da Província como destino turístico • Sensibilidade aos valores locais • Escola de Hotelaria em construção em Benguela • Diagnóstico dos recursos turísticos no Litoral (Dezembro 2010) • Universidade / Formandos em geografia e licenciatura em turismo • Associações provinciais e locais • Política de implementação de padrões de qualidade nas unidades hoteleiras • Melhor competitividade • Nova proximidade do crescente mercado de Luanda (5 horas de carro) 	<p>Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Política de preços • Abertura da escola de hotelaria • Inventário dos recursos turísticos no interior / Meios necessários para a elaboração do inventário • Integração do curso de turismo nas universidades públicas e privadas do país • Apoio do Governo ao turismo • Promoção do turismo nos Municípios • Valorização do património local • Integração do sector do turismo na Estratégia Nacional de Combate a Pobreza • Qualidade das águas nas praias • Desenvolvimento dos outros serviços públicos como energia, água, saneamento, saúde...

3. Turismo e impacto sócio-económico e ambiental

Em relação ao ordenamento do território, o litoral conhece hoje a melhor oferta e a melhor procura. Mais de 4/5 das camas encontram-se nos dois maiores centros urbanos (Benguela e Lobito), criando um desequilíbrio territorial em relação ao interior.

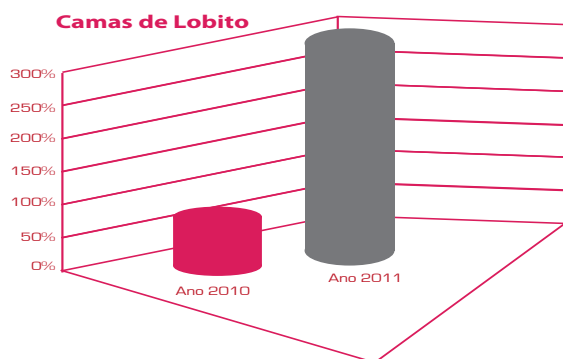
Figura 3: Repartição geográfica das unidades hoteleiras na Província de Benguela



Fonte : DPCHT - Direcção Provincial de Comercio, Hotelaria e Turismo

O crescimento rápido do número de unidades e de camas no município de Lobito pode provocar um desequilíbrio na indústria turística local. Os pequenos hotéis vão sentir mais a concorrência e aqueles sem condições vão ter que baixar os preços, não estando assegurado que possam manter a qualidade. Segundo os actores do sector privado, essa situação é o resultado de se ter deixado construir novas unidades sem controlo de qualidade em termos de projecto, localização e facilidades.

Figura 4: Disponibilidade de camas no Lobito



Fonte : Relatório do I Semestre da DPCHT (Julho 2010)

A ocupação anárquica do espaço litoral (ex. Praia de Santo António) provoca perda de qualidade das atracções turísticas identificadas, limitando o acesso dos banhistas às praias.

As potencialidades no interior da zona da serra, com 1000 metros de falésia escarpada, ideal para desenvolver actividades desportivas (ex. parapente e escalada), não necessitam de investimento inicial e vão ter um impacto mínimo no meio ambiente. Os 'aficionados' dessas actividades estão sempre à procura de terrenos virgens para explorar e praticar a sua paixão na natureza selvagem.

Encontram-se exemplos de pequenos empresários que fizeram o caminho pouco a pouco, em 15 ou 20 anos, a partir de um pequeno negócio de venda de comida, e que cresceram até serem proprietários de pensões com mais de 20 quartos.

Os novos estabelecimentos hoteleiros introduzem novas medidas para poupar energia (economizadores com cartões) e o consumo de água, instalando, por exemplo, lâmpadas de baixa consumo e dois botões de descarga nos autoclismos das casas de banho. Alguns vão instalar brevemente painéis para água quente.

Através desses modelos, introduzir-se-á uma nova abordagem da preservação do meio ambiente, que poderá ser utilizada fora do sector da hotelaria. No entanto, o pior impacto provém das águas residuais, enquanto não se desenvolve o seu tratamento ao nível dos centros urbanos, onde o sector privado, com interesse no turismo, pode ser chamado.

Paralelamente, quanto ao Rendimento sobre investimento (ROI, return on investment), não parece haver um clima favorável para que os indivíduos ou as famílias possam investir no sector da hotelaria. Por exemplo, a falta de incentivos financeiros para a hotelaria, obriga ao recurso a meios alternativos, tanto na formação como na importação de equipamento. Por outro lado, a falta de subvenções e os juros de crédito bancário de 26% inviabilizam a aposta de pequenos e médios investidores no ramo do turismo.

Essa associação faz com que os arrendamentos sejam muito mais caros do que o financiamento de uma nova construção e incentiva a baixa ocupação nas pensões. Consequentemente, os empréstimos bancários não são honrados. A água é muito cara e é difícil ter acesso à energia eléctrica, tornando os geradores em fontes obrigatórias, mas onerosas.

Essas dificuldades repercutem-se nos preços, tornando-os mais altos e limitando a ocupação de quartos de forma sustentada. A grande maioria dos produtos de base são importados (ex. sabão, iogurtes, mel...), e a água engarrafada é, por exemplo, mais cara que o gasóleo. Os rendimentos não são como se esperava. As dificuldades estão no pagamento aos bancos e no financiamento. É difícil baixar os preços e, por isso, as

pequenas unidades sofrem.

Quanto à promoção, os pequenos proprietários sentem a falta de publicidade na televisão sobre o turismo. Não há convite de emissões televisivas para acções de marketing, apenas comunicação interpessoal. As pensões vendem directamente e não passam através dos operadores turísticos. A promoção independente é demasiado cara.

NOTAS: CAPÍTULO II

1. IDA, Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural
2. DPCHT
3. Programa Provincial de Medio Prazo 2009-2013, Governo da Provincia de Benguela
4. Fonte: PNUD/IDH. Edição 20ª, 2010: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf
5. http://www.angolabelazebelo.com/2010/11/angola-triplicou-o-numero-de-turistas.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+angolabelazebelo%2F%28AngolaBela%29
6. Júlio Cardenas Perez, A pobreza, o flagelo da humanidade. Sua presença num bairro da Africa austral. <http://br.monografias.com/trabalhos2/a-pobreza-angola/a-pobreza-angola.shtml>
7. ACTA da 2a reunião do Conselho de Direcção Alargado
8. Durante a missão na Província de Benguela não foi possível encontrar guias para as entrevistas
9. A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise ambiente), sendo usada como base para gestão e planeamento estratégico. O termo SWOT é uma sigla oriunda do inglês, sendo um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).
10. Ver Anexo 5
11. O mapeamento dos actores não-estatais realizado em Março de 2010 identifica quatro níveis de actuação da sociedade civil, apresentando ao mais alto nível as conferências nacionais e regionais, no 3º as redes e ONGs nacionais, culminando com as Organizações Comunitárias de Base, que na sua maioria funcionam à margem da legislação sobre as ONGs

3



Perspectivas e proposições
para a implementação de
projectos de turismo sustentável



A. PERSPECTIVAS

As preocupações mais urgentes em termos de necessidades cruciais para desenvolver o sector do turismo no país seguem o mesmo padrão de 2008¹ e consubstanciam-se no:

- Reforço das capacidades humanas;
- Criação de escolas de formação;
- Constituição de uma legislação sobre o turismo;
- Formação sobre marketing e comunicação para atrair investidores;
- Formação linguística (inglês / francês);
- Concessão de incentivos fiscais aos projectos (ex. isenção do pagamento de imposto e do pagamento de imposto sobre aplicação de capitais).

1. Abordagem das iniciativas para desenvolver o turismo sustentável

O turismo balnear para o mercado interno e o turismo de negócio nos dois centros urbanos de Benguela e do Lobito para o mercado interno, regional e internacional, são os dois produtos existentes em 2010 na Província de Benguela. O resultado é que o litoral conhece a melhor procura e a melhor oferta hoteleira (como referido anteriormente, mais de 4/5 das camas encontram-se entre os centros urbanos de Benguela e do Lobito), criando, a médio-prazo, um desequilíbrio territorial.

As propostas vão tentar, numa primeira fase, introduzir um desenvolvimento da oferta para o mercado existente na Província. As potencialidades 'adormecidas' do interior aparecem mais favoráveis para os projectos de desenvolvimento do turismo sustentável, com foco na redução da pobreza. Os turistas de negócio poderão também aproveitar um aumento da oferta de produtos (especialmente os roteiros de meio-dia a partir dos hotéis das cidades litorais) e, assim, deixar alguns benefícios suplementares no destino, para além do alojamento e da restauração.

Sem conduzir uma análise da cadeia de valor do turismo em Benguela e no Lobito, considera-se um esquema 'clássico' das despesas turísticas para o alojamento e a restauração, que não se verifica sempre. Estudando o turismo de negócio em Acra, por exemplo, a prostituição aparece como a segunda despe-

sa depois do alojamento e antes da restauração na capital do Gana².

Com base na análise da situação actual do turismo na Província de Benguela e dos desafios para o desenvolvimento do turismo sustentável, as propostas concentram-se no desenvolvimento de produtos novos que podem interessar ao mercado interno existente. Vender um produto novo a um mercado existente pode estimular mais despesas da parte dos turistas e permitir um novo rendimento às comunidades. Os produtos novos têm de corresponder ao interesse do mercado e agradar aos turistas, com o suporte de uma boa e dinâmica publicidade.

Outro enfoque pode ser a diversificação dos produtos, como os do interior, e a venda de um produto novo a um mercado novo. O risco por enquanto é demasiado alto para as comunidades locais. Seria necessária a participação de uma empresa com um bom orçamento para a promoção, com o apoio do destino. Por essa razão, pode-se projectar a promoção de um destino do interior através da sua produção agrícola, em colaboração com as cooperativas e empresas locais, ONG e os hotéis do litoral.

Estas iniciativas devem enquadrar-se nos três pilares do turismo sustentável, que são:

- Viabilidade económica e competitividade³;
- Equidade social e culturalmente sensível;
- Responsabilidade ambiental.

Para consolidar o quadro necessário ao nível da Província de Benguela e assegurar assim o desenvolvimento das iniciativas propostas, recomendam-se, em primeiro lugar, cinco acções a nível provincial, que suportarão as quatro proposições:

- **Sensibilização e capacitação em turismo:** ao nível dos Municípios, das administrações municipais e dos actores potenciais do sector privado, das cooperativas e da sociedade civil⁴.
- Reforço das Associações dos profissionais do sector da Hotelaria e do Turismo.
- Reforço dos vínculos entre o turismo e os outros ramos e sectores da economia provincial e facilitação da criação de uma plataforma com todos os actores, para contar com uma **visão comum** e com uma **planificação ordenada** das actividades relativas ao desenvolvimento do turismo sustentável ao nível do destino Província de Benguela.

- Reflexão sobre os três pilares da indústria turística: Produto – Qualidade – Preço. Devem ser decididos em conformidade com o mercado-alvo. A futura plataforma da Organização da Gestão de Destino (DMO - Destination Management Organisation) deverá tomar em consideração os nichos de mercado que quer atingir e servir. Os mercados do Norte estão cada vez mais interessados em conhecer o impacto económico e social do turismo na população local (ex. condições de trabalho, salários dos empregados, segurança social, escolas para as crianças dos empregados, etc.).
- Para além dos aspectos cruciais relativos ao futuro Plano Director de Turismo, à revisão do aparelho legislativo e à formação em todos os níveis, propõe-se também um eixo de acção ao nível nacional que reforce a **colaboração interministerial** entre o Departamento do Comércio Rural do Ministério de Comércio e os vários departamentos do Ministério da Hotelaria e Turismo, em relação às iniciativas de valorização da produção local (ex. Artesanato, mel, etc.).

Tabela 6: Abordagem das iniciativas de desenvolvimento do turismo sustentável; “Matriz do Produto - Mercado”

Matriz do Produto – Mercado ⁵		PRODUTO	
		EXISTENTE	NOVO
Mercado	EXISTENTE	<p>1. Penetração de mercado = vender mais de um produto existente a um mercado existente</p> <p>Estratégia com risco fraco, mas a oferta pode sobrepor-se à demanda levando a uma baixa de preço e falta de sustentabilidade</p>	<p>2. Desenvolvimento de produto = vender um produto novo a um mercado existente</p> <p>Pode estimular mais despesa da parte dos turistas e aumentar o rendimento das comunidades</p> <p>Os produtos novos têm de corresponder ao interesse do mercado e agradar aos turistas</p>
	NOVO	<p>3. Desenvolvimento de mercado = vender um produto existente a um mercado novo</p> <p>Pode ser difícil para as comunidades pobres desenvolver mercados, mas o destino deve considerar a possibilidade de mercados novos que podem atrair benefícios para os pobres</p>	<p>4. Diversificação = vender um produto novo a um mercado novo</p> <p>Risco alto para as comunidades</p> <p>É necessária a participação de uma empresa com um bom orçamento para a promoção, com o apoio do destino</p>

Matriz Produto – Mercado		PRODUTO	
		EXISTENTE	NOVO
Mercado	EXISTENTE	<p>1. Penetração de mercado</p> <p>Produto: turismo balnear (de sol e praia) Mercado: interno</p> <p>Produto: turismo de negócio Mercado: interno, regional e internacional</p>	<p>2. Desenvolvimento de produto</p> <p>Produto: turismo rural Mercado: interno</p> <p>Produto: turismo cultural Mercado: interno</p> <p>Produto: turismo de áreas protegidas (wildlife tourism) Mercado: interno</p> <p>Produto: turismo de actividades desportivas de natureza / turismo de aventura Mercado: interno</p>
	NOVO	<p>3. Desenvolvimento de mercado</p> <p>Produto: turismo balnear (de sol e praia) Mercado: regional e internacional</p>	<p>4. Diversificação</p> <p>Produto: turismo rural e cultural / turismo de natureza Mercado: regional e internacional</p>

Fonte: 2010 UN World Tourism Organisation and Netherlands Development Organisation (SNV)
UNWTO/SNV (2010) Manual on Tourism and Poverty Alleviation - Practical Steps for Destinations

B. PROPOSIÇÕES

O sucesso da implementação das iniciativas requer o estabelecimento de parcerias com actores sérios e comprometidos. Além disso, a obtenção de sucesso necessita de uma coordenação e da responsabilidade de cada parceiro com um objectivo claramente definido. Dentro deste contexto “virgem” e “há tudo por fazer” deve-se avançar cuidadosamente e demonstrar as vantagens do desenvolvimento do turismo sustentável com projectos modestos, práticos e bem coordenados.

A seguir, apresenta-se quatro apostas para reflexão:

1. Lembranças: aumentar as despesas dos turistas;
2. Áreas protegidas: construir vínculos com as comunidades vizinhas do Parque;
3. Turismo escuro (dark tourism): um produto novo que precisa de estudos apropriados sobre a importância da historicidade e das memórias de guerra para o desenvolvimento do turismo;
4. Criação de imagem: definir e valorizar um produto principal do interior.

1. Lembranças: aumentar as despesas dos turistas

Hoje, os circuitos turísticos não incluem um espaço para que os turistas possam comprar lembranças e deixar assim mais receita no destino, para além do alojamento, da restauração e do transporte. Por outro lado, existe um artesanato de madeira com peças à venda que os turistas podem facilmente comprar e levar, dependendo do tamanho e do peso das mesmas.

Actualmente os ateliers dos artesãos são poucos, mas foram criadas redes de solidariedade que permitem que vários artesãos trabalhem juntos e, com os seus aprendizes, produzam sobretudo estatuetas de madeira.

Os custos actuais envolvidos na aquisição da matéria-prima, como a madeira, são altos, apesar do facto de todo o material ser comprado localmente. A madeira⁶ vem da Província de Benguela, de Cabinda e de Luanda (ex. Mbobulu - Pau Preto). Por isso, é importante desenvolver uma gestão cuidadosa dos clientes para inverter o actual quadro, caracterizado por poucas encomendas. Neste contexto, é imperativo implementar as seguintes actividades:

- Estímulo do mercado local de venda do artesanato, às individualidades locais e compradores estrangeiros;
- Produção de cartões de visita para projectar a imagem dos artesãos e atrair os compradores aos ateliers;
- Replicação da experiência adquirida no âmbito da organização feita em prol da CAN 2010, em que os artesãos foram convidados a expor suas peças nos estádios, hotéis e demais locais públicos. Para o efeito, será necessário um maior envolvimento dos próprios artistas e artesãos na criação de condições, na responsabilização e no controlo do processo;
- Criação de um Núcleo de artesãos locais em Benguela que possa vir a fazer parte duma associação mais abrangente ao nível da Província (madeira, têxteis, ferro, cerâmica, cestos, etc.) ou de todo país.

Imagem 4: Artesão local de Lobito



Obra do atelier do Cristo, artesão na Restinga de Lobito



Aprendiz a preparar uma peça para comercialização

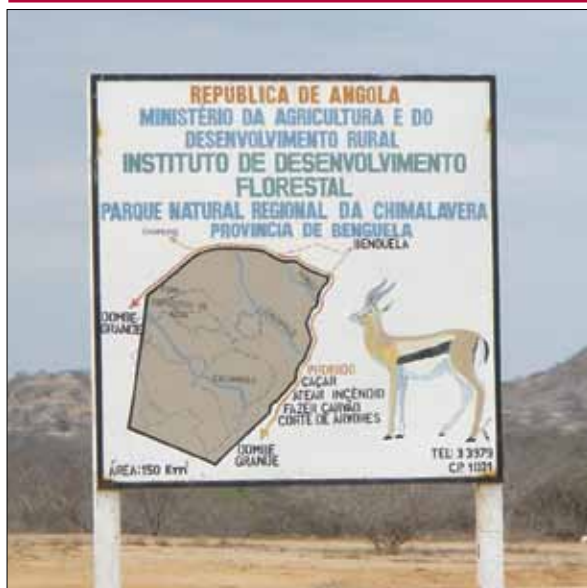
2. Áreas protegidas: Parque e Reserva

A província de Benguela, para além das suas ricas paisagens naturais, dispõe de duas áreas protegidas, designadamente, o Parque Natural Regional CHIMALAVERA. Tendo em conta a sua fauna e localização geográfica próxima da capital provincial, os dois pólos podem ser de interesse turístico.

As iniciativas para o desenvolvimento do turismo sustentável podem ser concebidas com a participação das comunidades locais, através de:

- Promoção de iniciativas extensivas às comunidades no desenvolvimento e organização do Parque;
- Criação a médio-prazo de mecanismos de benefícios financeiros para as comunidades vizinhas do Parque.

Quadro 9: Parque Natural Regional Chimalavera



Foi estabelecido como Reserva Especial da Chimalavera pelo diploma legislativo nº 4124 de 05/06/1971, e elevado à condição de Parque Nacional Regional da Chimalavera pela Portaria nº352 de 15/04/1974. Está localizado a cerca de 24 km da cidade de Benguela e tem acesso fácil, pois é servido por estrada asfaltada.

A área total do Parque é de 150 Km², com uma altitude que vai dos 50 aos 265 metros, constituída por uma planície elevada, rodeada de montanhas. A circulação no interior faz-se por caminhos de terra batida, transitáveis durante todo o ano.

3. Turismo escuro (dark tourism)

O turismo escuro⁷ (chama-se também turismo preto) constitui a actividade turística destinada às visitas e viagens aos sítios ligados à morte e ao sofrimento. Incluem-se campos de batalhas, castelos, sítios de desastre, prisões famosas. O destino mais conhecido para o turismo escuro é o campo de concentração de Auschwitz, na Polónia. Pode-se ouvir também o termo “turismo de campo de batalha” (battlefield tourism) relativo a batalhas históricas, como a do “Muro do Atlântico”, sítio da Segunda Guerra Mundial.

O turismo de guerra encerra uma ideia diferente de viagem de recreio até zonas activas de combate e, por isso, muito perigosas. Alguns jornalistas de guerra chamam, com humor, os praticantes deste turismo de “turistas de guerra”.

Dois Professores da Glasgow Caledonian University, John Lennon⁸ e Malcom Foley, que escreveram um livro sobre “Turismo escuro”, concluíram que as pessoas são atraídas por regiões e sítios onde aconteceram “tragédias e actos desumanos”, devido à cobertura mediática, e querem ver esses sítios tristemente famosos na memória popular local ou nacional. Visitas, por exemplo, aos sítios onde ocorreram os incidentes mais notáveis de uma guerra.

O guia turístico mostra os lugares aos turistas e conta “estimativas de mortos e feridos numa determinada batalha no dia X”⁹. O guia leva os turistas para ver as posições onde ficavam os combatentes dos dois lados e a posição de onde atacavam, indica alguns pormenores mais marcantes sobre as mesmas, etc. Existem na Europa roteiros de turismo escuro relativos à Segunda Guerra Mundial e à mais recente guerra na Bósnia.

Benguela é uma das Províncias, entre tantas outras, atingidas directamente pela guerra e identifica-se com o Turismo Escuro, nomeadamente por apresentar em todo o seu território marcas de onde ocorreram grandes confrontações armadas. As principais zonas situam-se ao longo das estradas nacionais que ligam Luanda a Benguela via Canjala; Benguela ao Huambo nas vias Ganda e Balombo; Benguela à Huila via Chongoroi; e Benguela ao Namibe via Lucira.

O desenvolvimento do turismo sustentável na vertente turismo escuro pode ser explorado através dos seguintes pontos:

- Introdução do conceito do turismo escuro em Angola para lembrar aos jovens e aos turistas o passado escuro do país e aprender as lições relativas aos excessos da humanidade;
- Desenvolvimento de projectos alternativos de rendimentos para as comunidades rurais residentes em zonas conhecidas como tendo sido palco de confrontações armadas. O exemplo típico pode ser as zonas circundantes da comuna da Canjala.

4. Criação de imagem: definir e valorizar um produto principal no interior

As potencialidades ‘adormecidas’ do interior são favoráveis para a implementação de projectos de desenvolvimento do turismo sustentável, com o objetivo de combater a pobreza. Os turistas de negócio poderão também aproveitar o aumento da oferta de produtos (especialmente os roteiros de meio-dia a partir dos hotéis das cidades litorais) e assim deixar algumas receitas adicionais no destino, para além do alojamento e da restauração.

No caso da Ganda desenham-se várias oportunidades para o desenvolvimento do turismo sustentável, devido ao seu manancial de recursos. Os possíveis projectos podem focalizar-se em:

1. Estudos sobre o potencial cultural e folclórico dos vários locais sagrados identificados na Ebanga, Chicuma, Calava e Chacuma e seus crânios de sobas. Este manancial de roteiros turísticos, apesar da distância e do alto preço do pré-ritual e para o acesso aos sítios, inclui o Santuário da Ganda, inaugurado pelo primeiro Bispo de Benguela nos princípios de 1970 e reinaugurado pelo actual Bispo da Província Dom Del Corso.
2. O estudo sobre os locais sagrados deve apoiar a compreensão dos Rituais e a sua importância no desenvolvimento dos povos e culturas da província (por enquanto, o custo para ter acesso aos lugares sagrados ronda os 300,000 Akz ou 3,160 USD, em Nov. 2010). O estudo pode tecer recomendações das formas de desenvolvimento das iniciativas no sentido de divulgação desse manancial para o bem da ciência e, com isso, desenvolver a atracção turística no Município da Ganda. Também se deve medir os competidores nos outros municípios.

3. Desenvolvimento de iniciativas economicamente rentáveis viradas para a produção agrícola, no âmbito do turismo sustentável para o combate à pobreza no Município da Ganda. Os principais produtos do campo incluem: Milho; Feijão; Masambala; Batata rena; **Alho**; Tomate; Abacaxi; **Café**; **Mel**.

O **alho**, o **café** e o **mel** parecem ser as três produções agrícolas com vantagens comparativas relativamente à concorrência com os outros Municípios da Província de Benguela. As qualidades destes três produtos são reconhecidas na Província e fora dela. O alho é um produto especial da Ganda e poderá futuramente tornar-se num produto principal. A Ganda já é famosa pelo seu Café Arábica, produzido na Chicuma, e pelo seu Mel de Eucalipto. O café, chamado ‘Ouro Negro’ pelos membros da Cooperativa, aparece como um produto único na Província de Benguela. É produzido pela Cooperativa Agro-Industrial Pesca e Café da Ganda.

Será necessário um investimento considerável para reabilitar a unidade de produção paralisada durante o período de conflitos na região. Quanto ao mel, é sabido que os viajantes fazem desvio de percurso à Ganda somente para comprar este precioso produto. As mulheres compram o mel aos produtores na montanha, depois acondicionam-no em garrafas de um litro para venda no mercado. O mercado interno existe e o mel vende-se logo, tornando-se fonte de sobrevivência das famílias. Não existe qualquer empresário industrial para explorar este produto com qualidade. Por enquanto, a quantidade de mel produzido não parece ser suficiente para a exportação.

O potencial turístico da província de Benguela é vasto, implicando, para o seu aprofundamento, a replicação deste exercício no domínio do turismo sustentável. Para este efeito, pode-se recorrer a várias ferramentas, tais como os diagnósticos participativos para análise das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças/Desafios, e os estudos científicos realizados pelas instituições de ensino e pesquisa. No caso da Ganda, a análise FOFA (SWOT na designação Inglesa), permitiu recolher informações que podem sustentar variantes de projectos de turismo sustentável destinados a reduzir a pobreza na região, conforme se descreve abaixo:

Tabela 7: Análise FOFA (SWOT na designação Inglesa)

Objectivo: combater a pobreza através do desenvolvimento do turismo sustentável no Município da Ganda		
	Positivo Ajuda a atingir o objectivo	Negativo Impede de atingir o objectivo
Interno Actual Possibilidade de controlar e influenciar	Forças <ul style="list-style-type: none"> • Administração e instituições municipais • Autoridades tradicionais e religiosas • Associações e cooperativas • Bancos • Operadores comerciais – praça, padarias, farmácias • Acesso (Benguela e Huambo) • Bomba de combustível • Restaurantes e hospedarias • Sítios de interesse turístico - Nascente do Rio Catumbela, Aguas Claras da Babaera, locais sagrados • Património cultural – danças tradicionais e locais sagrados (a) • Produtos únicos de interesse turístico – Café Árábica da Chicuma e Mel de Eucalipto (b) 	Debilidades <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento de base sobre o turismo • Alojamento – hotéis • Restauração • Infra-estruturas • Estruturas de saúde • Museu • Destruição do meio ambiente • Pessoal qualificado em hotelaria
Externo Para o futuro Fora do controlo directo	Oportunidades <ul style="list-style-type: none"> • Estrada nacional Benguela - Huambo • Estrada secundária Kwanza Sul - Luanda • Caminho-de-ferro • Concorrência bancária • Reconstrução de uma Escola do Ensino Superior • Reabilitação do Hospital 	Desafios <ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização ao turismo • Acessos as comunas em caso de chuva • Minas terrestres • Inflação • Concorrência turística entre Municípios • Formações adequadas (nível e custo) em hotelaria e em turismo

*A análise foi feita com a colaboração de 8 participantes, membros da Cooperativa 25 de Maio da Ganda e outros parceiros do sector privado e da sociedade civil.

NOTAS: CAPÍTULO III

1. Relatório da CNUCED / MINHOTUR 2008
2. SNV/ODI (June 2009) Pro-poor analysis of the business and conference value chain in Accra (unpublished)
3. Em termos de competitividade, lembra-se que Angola entrou no Global Competitiveness Index pela primeira vez este ano, com a posição 138 a nível mundial, sendo um dos dois últimos países antes do Chad. Angola não aparece, todavia, na lista do The Travel & Tourism Competitiveness Report 2009. Em Moçambique, a corrupção aparece como um dos entraves mais importantes à competitividade do sector turístico. É referido que nas zonas mais turísticas as companhias privadas gastam cerca de 9.5% dos seus rendimentos na corrupção (Responsible Tourism – Critical issues for conservation and development, 2008)
4. Repetir o seminário « Promover o turismo sustentável » com o apoio e a colaboração dos formandos do curso de Benguela (3-5 Novembro 2010)
5. UNWTO/SNV (2010) Manual on Tourism and Poverty Alleviation - Practical Steps for Destinations
6. Origem da Madeira (praticamente 100% angolana) proveniente da região de Cabinda.
7. O termo « turismo escuro » circula desde os anos noventa. Foi publicado em 1996 num jornal de especialistas: International Journal of Heritage Studies.
8. Lennon, J. & Foley, M. (2000) Dark Tourism. The attraction of death and disaster. (Tourism, Leisure & Recreation). London
9. Exemplo da recente Guerra na Bósnia



Conclusão



CONCLUSÃO

Este mapeamento conclui que, apesar do desenvolvimento do turismo se encontrar em fase embrionária, existe potencial caso se adoptem os princípios do turismo sustentável, que tem uma abrangência transversal, à semelhança dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM). A aposta na capacitação, no treinamento e na promoção de iniciativas inovadoras e sustentáveis de turismo pode transformar esse potencial numa indústria de paz.

Angola regista um importante crescimento económico em paralelo com um alto crescimento das chegadas de turistas. O mapeamento da situação do turismo em Angola identificou três grandes obstáculos a um desenvolvimento ainda maior da actividade, que são: a falta de flexibilidade para a entrada de turistas, a fraca profissionalização e a pouca promoção do turismo. Além disso, verificou-se que existem discrepâncias entre as diferentes regiões do país (litoral/interior, capital/províncias).

No entanto, o potencial da actividade é inegável. Seria preciso coordenar esforços para que o sector contribua de facto para o desenvolvimento económico e social do país.

A Província de Benguela, sendo o segundo aglomerado populacional em Angola, apresenta um perfil favorável à implementação de projectos inovadores

de turismo, podendo, por esse meio, contribuir para a diversificação do sector e a descentralização dos benefícios em favor de uma mais importante parte da população angolana. Benguela poderá ser um viveiro de novas experiências em matéria de turismo sustentável, no sentido do desenvolvimento de uma actividade que considera a preservação dos recursos naturais, culturais e o desenvolvimento social e económico.

As quatro propostas, cujos detalhes se encontram nos anexos, aparecem em forma de projectos, tendo todos o mesmo objectivo, que é a redução da pobreza. As ideias de projectos consistem em: produção de lembranças a nível de toda a Província; investimentos nas Áreas Protegidas para o Parque Regional de Chimalavera e Reserva do Búfalo; iniciativas para o Turismo Escuro para a zona de Canjala ou outras áreas com sinais de guerra; e criação de uma imagem para o turismo virado principalmente para o interior, com destaque para o Município da Ganda.

Sendo assim, o sucesso dessas experiências pode impulsionar o sector, contribuindo para a definição de políticas e estratégias nacionais que facilitariam a replicação desse exemplo noutras províncias. As propostas dos projectos esboçam um conjunto inovador de acções que ficam à disposição dos actores locais, incluindo estatais e sociedade civil, interessados no desenvolvimento dos conceitos do turismo sustentável em Angola.

REFERÊNCIAS

Documentos:

1. Programa Provincial de Médio Prazo 2009–2013 (Dezembro 2007), Governo da Província de Benguela, República de Angola
2. Acta da 2ª Reunião do Conselho de Direcção alargado (15 de Outubro de 2010), Direcção Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo, Governo da Província de Benguela, República de Angola
3. Bandeira M. F. (2009) El turismo en la región litoral central de Angola: análisis y valoración de las potencialidades locales – Memoria para la obtención del grado de Doctor en Ciencias Económicas y Empresariales – Departamento de Economía de las instituciones, estadística – ULL Universidad de la Laguna
4. Lennon, J. & Foley, M. (2000) Dark Tourism. The attraction of death and disaster. (Tourism, Leisure & Recreation). Londo
5. Ministério do Planeamento (Dezembro 2009). Plano Nacional 2010/2011
6. Programa Provincial de Médio-Prazo 2009-2013, Governo da Província de Benguela, in Decreto executivo conjunto n.º42/02 de 17 de Setembro
7. Relatório Anual 2009, Direcção Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo de Benguela
8. Relatório do I Semestre (28 de Julho de 2010), Direcção Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo, Governo da Província de Benguela
9. The Global Competitiveness Report 2010-2011 – World Economic Forum
10. The Travel & Tourism Competitiveness Report 2009 – World Economic Forum
11. The Bradt Travel Guide ANGOLA First published October 2009
12. UNWTO/SNV (2010) Manual on Tourism and Poverty Alleviation - Practical Steps for Destinations
13. WTTC (World Travel & Tourism Council) - Travel & Tourism Economic Impact 2010 – Angola

Referências Weblinks:

1. Júlio Cardenas Perez, A pobreza, o flagelo da humanidade. Sua presença num bairro da África austral. <http://br.monografias.com/trabalhos2/a-pobreza-angola/a-pobreza-angola.shtml>
2. A Verdadeira Riqueza das Nações. Vias para o Desenvolvimento Humano, in PNUD/Índice de Desenvolvimento Humano. Edição 20ª, 2010. http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf
3. Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (www.minader.org/pdfs/fomento/desenvolvimento_rural/programa.pdf), in Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (2006). <http://www.minader.org/fomento/index.html>.
4. Angola_o número de turistas triplicou, 02/11/2010. http://www.angolabelazebelo.com/2010/11/angola-triplicou-o-numero-de-turistas.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+angolabelazebelo%2FxmJd+%28AngolaBela%29
5. Parques e Reservas Nacionais de Angola, 09/11/2009. [Http://www.Girafamania.Com.Br/Africano/Park_Angola.Html](http://www.Girafamania.Com.Br/Africano/Park_Angola.Html)



Anexos



ANEXO 1: PROPOSIÇÕES DE PROJECTOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL

1. Lembranças: aumentar as despesas dos turistas

Objectivo do projecto: Apoiar a produção artesanal angolana e criar oportunidades económicas para os artesãos

Dois objectivos específicos:

1. Melhorar as condições de vida dos artesãos e das comunidades
2. Criar oportunidades de compras para os turistas

O terceiro objectivo de longo-prazo seria desenvolver a exportação do artesanato angolano como uma nova forma de exportações não-tradicionais.

Resumo do projecto

É necessário criar oportunidades para os turistas poderem gastar dinheiro fora das despesas de alojamento, de restauração e de transporte. Propõe-se desenvolver um lugar que os turistas possam visitar, beber refresco de frutas locais¹ e comprar lembranças. Além disso, o projecto está a propor um apoio de capacitação aos artesãos para melhorar as suas vidas e promover o artesanato nacional.

Existe hoje um roteiro turístico no Rio Catumbela, oferecido por um operador turístico baseado no Lobito. Além do passeio que se faz de carro até à barragem no rio, estão a desenvolver um produto mais exclusivo em colaboração com as comunidades locais: passeio de canoa no rio ao pôr-do-sol. O sector privado esforça-se no sentido de desenvolver esses produtos turísticos. No entanto, continuam a faltar oportunidades para os turistas adquirirem, particularmente artesanato.

Para além do aeroporto internacional, encontra-se entre as cidades de Benguela e do Lobito um património histórico situado num ponto estratégico que permite acesso fácil aos veículos e estacionamento, com vista do Rio Catumbela ao Oceano e oferecendo acesso a pé até Cruz, junto à ponte do Rio Catumbela.

Esse espaço pode, a médio ou a longo-prazo, servir de base ao desenvolvimento de uma loja de venda de artesanato da Província. É necessário aproveitar esse lugar, com uma posição privilegiada e não explorada por enquanto.

Entretanto, para melhorar a vida dos artesãos, podem-se propor acções com vista a apoiar a produção de artesanato.

Acções

Desenvolvimento do produto

- Criar produtos inovadores e competitivos
- Concentrar-se no desenho dos produtos em madeira
- Estimular ideias para produzir novos desenhos
- Introduzir novas técnicas de produção, incluindo o controlo de qualidade e anomalias ambientais (origem da madeira)
- Calcular os custos e os preços
- Adaptar a embalagem (packaging) e a apresentação
- Estabelecer um conhecimento da produção angolana e dos países da região (oferta)
- Estabelecer um conhecimento do mercado internacional (procura)

Treinamento em Negócios

- Aumentar as capacidades dos artesãos em negócios, através de formação para poderem concorrer no mercado global
- Compartilhar informação com os artesãos sobre os mercados
- Apoiar os artesãos no desenvolvimento sustentável de um artesanato lucrativo
- Ligar com a Exposição da Feira SARCONA², na África do Sul

Acesso ao mercado

- Desenvolver a estratégia de cadeia de distribuição
- Definir a política de preços
- Ligar os artesãos a novos mercados e aos exportadores
- Criar sinergias com exportadores de produtos de artesanato africano

Resultados esperados

- Aumento das Vendas
- Melhoria dos orçamentos dos artesãos
- ONG própria criada para apoiar iniciativas no sector do artesanato
- Desenvolvimento das exportações angolanas

Parceiros potenciais do projecto

- Direcção Provincial da Cultura
- Administrações municipais de Benguela e do Lobito
- Direcção Provincial de Comércio, Hotelaria e Turismo
- Associação dos Hoteleiros
- Associação de Transporte
- Associação de Guias
- Associação de agências de viagem
- ONGs especializadas em desenvolvimento das habilidades de negócios

2. Áreas protegidas: Parque Natural Regional Chimalavera

A fauna do parque, com incidência para a cabra de leque (*Antidorcas marsupialis angolensis*), sua principal atracção, triplicou entre 2003 e 2008, de acordo com dados do IDF. O crescimento da fauna, em que se destacam ainda o macaco da savana, o chagal e as zebras, deveu-se à intensificação da fiscalização levada a cabo em sistema de patrulhamento.

O Parque Chimalavera tem uma vegetação típica desta zona semi-árida, onde apenas se registam quedas pluviométricas da ordem dos 350 mm por ano, sendo a época de Março a de maior precipitação. Existe vegetação herbácea, e fundamentalmente diversos tipos de acácias (espinheiras), destinada, em maior ou menor grau, à alimentação dos animais do Parque³.


Com a assinatura em Outubro 2009 duma concessão de 25 anos⁴ e do contrato de exploração turística entre a Imogestin, S.A. (companhia privada) e a Direcção Provincial do Ministério do Ambiente, tenciona-se criar condições de pernoita para os futuros visitantes dentro da área do Parque, bem como criar condições para promover a recuperação da fauna e flora existentes nesta região, recorrendo inclusive, no futuro, ao repovoamento de espécies actualmente extintas, com importação a partir de reservas da Namíbia.

A Imogestin S.A. trabalha em colaboração com o IDF (Instituto de Desenvolvimento Florestal).

Tabela 8: Dados do Parque Natural Regional Chimalavera

Data de (re)abertura	Outubro 2009
Infra-estruturas e bens novos	1 área pública com duas casas de banho 1 veículo 4x4
Pessoal	1 gestor e 4 guardas
Água	Alimentação semanal com camiões de Benguela
Energia	Gerador
Prioridades dos gestores	Base e análise de dados relativas a fauna
	Vedação do Parque
	Importação de animais da Namíbia
	Bungalows
	Desenvolvimento de actividades desportivas (ex. bicicletas – escalada)

Tabela 9: Visita ao Parque

	Direito de entrada ⁵ 750 AKz / adulto Criança com menos de 12 anos: gratuito
Regulamento	1 guia por viatura para dentro do Parque
Duração	Mais de 1 hora
Visitantes	Indivíduos e famílias com carros próprios Visitas de grupos até 30 pessoas em autocarro
Condições de segurança	Não há zonas minadas dentro do Parque

A promoção do Parque Natural Regional CHIMALAVERA é feita pela Imogestin S.A. através do website www.chimalavera.com. Em breve será imprimida e distribuída uma brochura com fotografias dos animais e das instalações. A promoção faz-se também através do Hotel Terminus no Lobito, pertencente à mesma companhia Imogestin S.A.

Um operador turístico⁶ trabalha em conjunto com os gestores do Hotel Terminus, propondo aos turistas passeios turísticos. Na sua brochura incluem “City Tour Lobito e Benguela”, “Rio Catumbela”, as “Praias do Litoral Sul” e o “Parque Chimalavera”. O operador turístico quer também oferecer brevemente como actividades extra a descoberta do Parque Chimalavera em BTT (bicicletas de montanha).

Todavia, o Parque não entrou na 1ª edição de Outubro de 2009 do guia turístico “Bradt Angola”.

O Parque Natural Regional Chimalavera encontra-se ainda na 2ª parte da tabela “Produto-Mercado Matrix”, sendo um produto novo para o mercado existente.

Quadro 10: Exemplo de um roteiro turístico em oferta incluindo o Parque Chimalavera

Partida e chegada do seu hotel, passeio em viatura 4X4 c/motorista, pequeno-almoço no “Parque Chimalavera”, visita às praias do litoral azul, visita ao rio Catumbela

Preço:

- USD 120 / pax
- USD 80 / pax (sem refeições)
- (mínimo 2 pax)

Fonte: www.chimalavera.com

Objectivo do projecto: estabelecer vínculos com as comunidades vizinhas da área protegida

Objectivos específicos:

- Envolver as comunidades no desenvolvimento e organização do Parque
- Criar a médio-prazo benefícios financeiros para as comunidades vizinhas do Parque.

Resumo do projecto

A promoção do turismo sustentável deve incluir a equidade social. O projecto tenta estimular a participação da população local de criadores que vivem em grupos pequenos, sem condições, ao redor de todo o Parque Chimalavera. Essa participação deve acontecer agora na fase de preparação, para que na fase de execução a população local possa tirar vantagens económicas e sociais, tanto a nível colectivo como individual. Os criadores e suas famílias parecem ter claras privações sociais e necessidades consideráveis.

Acções

A curto-prazo

- Tomar em conta a população local que sobrevive com dificuldades numa zona semi-árida (menos de 350 mm de chuva por ano e um solo pouco fértil)
- Ter em conta a realidade social, cultural e histórica da população local
- Identificar os representantes da população local
- Partilhar a informação do projecto de desenvolvimento do Parque com os representantes da população local
- Consultar os representantes da população local sobre questões-chave relacionadas com as etapas de desenvolvimento do Parque, levando em consideração as prioridades
- Implicar os representantes da população local na tomada de decisão e nas escolhas relacionadas com a elaboração de um plano de acções do Parque Chimalavera
- Sensibilizar a população local para os benefícios de ter a Área Protegida Chimalavera no contexto “conservação da fauna e da flora vs sobrevivência da população local”

A médio-prazo

- Criar um Fundo de Desenvolvimento para a população local a partir dos benefícios económicos (ex. taxa incluída no preço das entradas no Parque)
- Criar postos de trabalho⁷ dentro do Parque para membros da população local (ex. guarda e senhora da limpeza para os futuros bungalows)
- Construir tanques de água para o gado fora dos novos limites do Parque⁸

Resultados esperados

A curto-prazo

- A população local é tida em conta nas diferentes vertentes da sua realidade (social, cultural e histórica)
- Os representantes da população local identificados;
- A informação do projecto de desenvolvimento do Parque partilhada com os representantes da população local

- Os representantes da população local consultados sobre questões-chave relacionadas com as etapas de desenvolvimento do Parque, levando em consideração as prioridades
- Os representantes da população local implicados na tomada de decisão e nas escolhas relacionadas com a elaboração de um plano de acções do Parque Chimalavera
- A população local sensibilizada sobre os benefícios de ter a Área Protegida Chimalavera no contexto “conservação da fauna e da flora vs sobrevivência da população local”

A médio-prazo

- O Fundo de Desenvolvimento para a população vizinha do Parque criado
- Uma ou mais pessoas da comunidade vizinha são empregadas do Parque
- Um ou mais tanques de água para o gado são construídos fora dos limites do Parque

Parceiros potenciais do projecto

- Imogestin S.A
- IDF
- Associação dos proprietários/criadores de gado
- Cooperativas agrícolas
- Direcção Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo
- Futura escola de formação em hotelaria e turismo

3. Turismo escuro (dark tourism) Canjala

Objectivo do projecto: criar um produto turístico novo no Município de Lobito

Objectivo específico: desenvolver uma alternativa de rendimentos para as comunidades rurais de Canjala.

Resumo do projecto

O dinâmico Município do Lobito tem potencial para constituir-se como um dos maiores pólos de turismo de Angola. A cidade celebrará o seu Centenário em 2013. Em breve, será concluído o Aeroporto internacional.

O novo caminho-de-ferro, que irá até Moçambique, parte do Lobito. Lobito é hoje o 2º Porto marítimo do país.

O Lobito é conhecido pelos seus desempenhos, tendo-se destacado em 2º lugar no carnaval do mundo lusófono. É também a única cidade angolana a pertencer ao Fórum Internacional das Cidades sobre a Biodiversidade, e dedica-se ao tema da sustentabilidade como membro activo do Fórum.

Além disso, uma das batalhas de referência da guerra civil angolana ocorreu no Norte do Município do Lobito, no vilarejo de Canjala, ao longo da estrada nacional Lobito–Luanda.

A administração municipal quer desenvolver e propor aos turistas, cada vez mais numerosos, um novo produto turístico, com as visitas aos campos de batalha da memória colectiva angolana, onde Canjala testemunha os elementos escuros do passado. Desde o início o projecto considerará a integração de uma abordagem participativa com as comunidades vizinhas dos campos de batalha.

Acções

- Definir a zona apropriada para desenvolver o projecto
- Promover o conceito e as regras relativas ao turismo escuro
- Responsabilizar os parceiros em relação aos turistas
- Preparar uma mensagem clara apoiando-se numa versão imparcial e objectiva da história de guerra angolana
- Organizar um roteiro de lembrança
- Proibir a exploração comercial ou propagandística
- Identificar e formar guias turísticos, gestores dos sítios e pessoas das comunidades vizinhas sobre a forma de orientar as visitas

Resultados esperados

- Definida uma zona apropriada para se desenvolver o projecto
- Organizadas secções de sensibilização ao conceito e às regras do turismo escuro
- Os parceiros responsabilizados em relação aos turistas
- Preparadas mensagens claras e objectivas

- Organizado um roteiro de lembrança
- Proibida a exploração comercial ou propagandística
- Gestor do lugar formado e operacional
- Guias turísticos, provenientes da comunidade vizinha, formados e operacionais

Parceiros potenciais do projecto

- Administração municipal do Lobito
- Direcção Provincial de Comércio, Hotelaria e Turismo
- Direcção Provincial da Cultura / Secção de Museografia
- Forças armadas da Província
- Associação dos ex-combatentes
- Comunidades locais de Canjala
- Sociedade civil
- Hotéis do Lobito e de Benguela
- Agências de viagem e operadores turísticos da Província

4. Criação de imagem: valorização de um produto 'farol'

O projecto baseia-se na promoção do interior e do Município da Ganda através dos seus produtos agrícolas. Hoje, o Município da Ganda encontra-se na janela 4 da tabela Produto-Mercado. Se o turismo for desenvolvido na Ganda, o Município oferecerá um produto novo para um mercado novo. O risco por enquanto é demasiado alto para os actores locais (que, primeiro, necessitam de ser capacitados em turismo) e particularmente para as comunidades locais. Por essa razão, essa proposta trata de promover um destino do interior através da sua produção agrícola, em colaboração com as cooperativas e empresas locais, ONG, e os hotéis do litoral.

Objectivo do projecto: combater a pobreza através do desenvolvimento do turismo sustentável no Município da Ganda.

Dois objectivos específicos:

1. Capacitar as mulheres rurais para se tornarem empresárias (Women empowerment)
2. Criar a imagem do destino Ganda

Resumo do projecto

Ganda é uma zona rural relativamente remota e com poucas atracções desenvolvidas, não tendo até hoje verdadeiramente passagem e visitas de turistas.

A localização geográfica da Ganda e o facto de não integrar os roteiros turísticos actuais limitam as oportunidades de acesso dos turistas ao município. Uma das potencialidades encontra-se na cadeia de distribuição dos produtos agrícolas. Promover o Município da Ganda através de um produto 'farol' de produção agrícola seria a primeira fase de desenvolvimento de iniciativas locais, em termos de turismo sustentável.

Os hotéis do litoral e das duas cidades (Benguela e Lobito) proporcionam aos seus clientes o consumo do mel de importação produzido em Portugal, na Suíça, etc. Os gerentes parecem interessados em apoiar as produções locais e propor aos clientes produtos locais de qualidade.

O mel aparece hoje como o produto mais adequado e o mais favorável para promover a imagem do "destino" Ganda e para valorizar o território da Ganda no exterior do Município, começando pelos hotéis do litoral. Já existe um mercado local para este produto e há margem de crescimento. Com um mínimo de investimento e de apoio técnico, as próprias comunidades podem promover o desenvolvimento da iniciativa.

Acções

- Controlo de qualidade do produto existente para ser apropriado ao consumo, com a procura de antibióticos eventuais no mel produzido, que constitui uma mais-valia relativamente ao mel com açúcar acrescentado⁹
- Apoiar a produção do mel e os apicultores¹⁰ em matéria de negócio, saúde e higiene
- Levantamento (inquérito) dos apicultores e das quantidades produzidas
- "Melhoria da qualidade integrando novas metodologias e técnicas apícolas
- Assegurar a produção de um mel biológico
- Formar mulheres nas técnicas de apicultura e no manuseio das colmeias modernas
- Acompanhar (monitorizar) a ocupação das novas colmeias introduzidas¹¹
- Melhorar a apresentação da embalagem do produto
- Apoiar a promoção do mel

- Apoiar a criação de outros produtos feitos com a cera (ex. velas, sabão caseiro, etc.)
- Desenvolvimento de uma marca (label / branding) Mel da Ganda
- Promoção da Marca através das unidades hoteleiras no Litoral da Província
- Casa do Mel na Ganda: para servir de apoio aos apicultores e fazer de janela do futuro destino turístico Ganda, com uma exposição permanente das metodologias relativas a apicultura na Ganda, incluindo as colmeias tradicionais

Resultados esperados

- Marca “Mel da Ganda” BIO © desenvolvida e registada
- Aumenta as capacidades e rendimentos dos apicultores
- Aumenta as capacidades e rendimentos das mulheres através da promoção e venda
- Reforço das capacidades e do rendimento das mulheres apicultores
- A “imagem” da Ganda exportada fora dos limites do Município
- O Mel da Ganda vendido nos hotéis do Litoral como produto “farol” do interior
- Diminuição das importações de mel

Parceiros potenciais do projecto

- ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente)
- IDF (Instituto de Desenvolvimento Florestal)
- Administração municipal
- Cooperativas agrícolas na Ganda
- Autoridades tradicionais e as Igrejas (para ganhar confiança das comunidades)
- Direcção Provincial do Comércio, da Hotelaria e Turismo
- Direcção Provincial de Agricultura
- Hotéis

O 1º Festival de Gastronomia¹² de Benguela foi organizado em 2010, em colaboração com a Associação de Hotelaria e Turismo, incluindo um concurso de gastronomia local. Pode-se repetir o evento com um tema específico por ano, onde se poderia introduzir nas receitas o Mel de Eucalipto da Ganda.

Imagem 5: A produção do Mel da Ganda



Colmeia tradicional



As mulheres vendem o mel na praça



Vendedora de mel

Quadro 11: As referências ao mel biológico

Um mel bio é:

1. Colmeias rodeadas por culturas biológicas ou selvagens, num raio de 3 km
2. Zonas de forragem distantes das fontes de poluição: cidades, auto-estradas, áreas industriais, aterros de lixo...
3. Colmeias feitas em materiais não tratados, sem pintura nem envernizamento sintético
4. Quadros de cera orgânica dentro da colmeia
5. Abelhas alimentadas principalmente pelo seu mel e cuidadas só por homeopatia ou por fitoterapia
6. Tratamentos naturais exclusivos
7. Uma colheita sem ingredientes químicos
8. Uma extracção a frio e sem aquecimento

Source: www.mielbio.org

NOTAS: ANEXO 1

1. Goiaba, Abacate, Ananás, Maracujá, Papaia, Melancia, Manga, Gajaja
2. SARCDIA International - Held at Gallagher Estate, Gauteng, in March
SARCDIA Christmas - Held at Gallagher Estate, Gauteng, in August
3. www.chimalavera.com
4. Por enquanto, o aluguer paga-se com os investimentos consideráveis feitos pela Imogestin S.A.
5. Novembro 2010
6. Travel & Services baseado em Lobito
7. O salário duma pessoa empregada no Parque pode contribuir para melhorar a vida da população local (por exemplo, mandar várias crianças da comunidade à escola). No contexto da pobreza, qualquer rendimento assume grande importância para a população local, muito carenciada.
8. O gado utilizou durante os anos da guerra os tanques do Parque, cujo acesso é agora vedado
9. Não foi possível analisar uma amostra de mel da Ganda em Accra. Através de uma fábrica agro-alimentar na região de Accra utilizando mel nos seus produtos (farinhas, bebidas, ...) conseguimos saber os dois elementos mais importantes para definir a qualidade do mel próprio para o consumo
10. Ver artigos "Strengthening enterprise development on beekeeping and eco-tourism in The Gambia" e "Mukogodo beekeepers & environmental conservation group" Kenya) em anexo
11. O "KITUI Honey Project", um projecto no Kenya, teve um sucesso muito limitado porque menos de 40% das novas colmeias foram ocupadas com as abelhas. Necessita-se mais de 75% de ocupação para um sucesso económico e a sustentabilidade do projecto http://www.friendsofkitui.com/the_honey_project.htm
12. A gastronomia não faz parte dos sectores sob a responsabilidade da Direcção Provincial da Cultura

ANEXO 2: NOTÍCIAS DAS ACTIVIDADES SOBRE O TURISMO

Quadro 12: “Angolan and Zimbabwean ministries of tourism sign protocol”

Luanda, Sábado, 30 de Outubro de 2010

Luanda – The ministers of Hotel and Tourism of Angola, Pedro Mutindi, and of Zimbabwe Tourism and Industry of Hospitality, Walter Nzembi, signed Friday in Luanda, a cooperation agreement aimed at exchanging experience between staff of both countries and train them.

The memorandum was signed in the presence of senior workers from both ministries, aimed also at inter helping promotion of tourist potentials of both countries, the development of tourism in Southern African region, in which both are part of, and identify new areas of investments.

As part of the training, the diploma includes courses on English language, tourist statistic among others, according to World Tourism Organization standards and training of tourism and hotels. The agreement expects also construction of hotels and advice for definition of areas of tourist interest in both countries.

During the act, minister Pedro Mutindi stated that the signed protocol is a result of a visit made by his Zimbabwean counterpart to Angola, seven years ago, and contributes greatly for the strengthening of his sector, overcoming of ministry and consequently the development of the country.

Fonte: Agência AngolaPress

http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/economia/2010/9/43/Angolan-and-Zimbabwean-ministries-tourism-sign-protocol,f5e130e3-5658-4b3d-b197-80908206ad0d.html

Quadro 13: “Flight to Africa’s Land of Diamonds”

Angola

Angola is a success story in the making – a fascinating, uplifting saga of recovery, renewal, revival, restoration, and a massive face-lift for Luanda and points beyond. Shout it from the rooftops ... “Peace has come to Angola – at last it can be told.”

This resource rich republic on Africa’s South Atlantic Coast has finally escaped the shackles and shadows of its topsy turvy past, and is becoming a shining example for emerging countries around the world. Thanks to its presence in Angola, the Africa Travel Association (ATA) is the first international tourism organization to spread the good news far and wide, in North America and to its growing global audience.

I saw the signs a few years ago, when Angola exhibited at an ATA Congress Trade Show. That positive move signaled the country’s desire to get back on track for tourism -- and due to continued efforts by H.E. Eduardo Jonatáo. S. Chingunji, Minister for Hotels and Tourism, ATA has become the platform for Angola’s happy return. Not only was ATA’s Ninth International Cultural and Ecotourism Symposium awarded the prestige of a state event, a significant, lasting benefit was the inauguration of an active Angola Chapter of the Africa Travel Association, with the Minister as Honorary President and First Lady Dr. Ana Paula dos Santos as its Patron.

Fonte: Africa Travel Magazine

<http://www.africa-ata.org/angola.htm>

Quadro 14: "Projecto público lança centenas de hotéis"**Luanda, Terça-feira, 6 de Abril de 2010**

A construção de uma vasta rede hoteleira e o reforço dos investimentos no sector turístico, de modo a possibilitar que o país concorra com os demais países de África, são os grandes desafios do Ministério da Hotelaria e Turismo. Prevê-se que 355 unidades hoteleiras sejam construídas até 2012.

"Com a aprovação do Plano Director, orçamentado pelo Governo, vai ser possível, em parceria com a empresa alemã Roland Berger, trabalhar na execução do projecto de ampliação da rede hoteleira de Angola, num orçamento global de 1.8 mil milhões de dólares", disse o assessor do Ministério da Hotelaria e Turismo, Carlos Cunha.

Vão ser construídos, até 2012, 355 unidades hoteleiras em todo o país, incluindo três hotéis escola com 96 quartos cada. Um total de 30 hotéis vão ser entregues a empresários através de um concurso público com abertura prevista para o terceiro trimestre deste ano.

Os hotéis escolas vão ser construídos nas províncias de Luanda, Benguela e Lubango.

O Ministério da Hotelaria e Turismo pretende investir em projectos inovadores e reforçar as competências dos trabalhadores hoteleiros, com acções de formação e adopção de novas técnicas e práticas.

O assessor do ministro da Hotelaria e Turismo, Carlos Cunha, disse ao Jornal de Angola que os projectos a serem desenvolvidos vão gerar mais de 50 mil empregos.

"O país está a viver um grande momento. Com a realização do Campeonato Africano das Nações em futebol, Angola registou a construção de mais 29 unidades hoteleiras", afirmou, adiantando que está prevista a construção de 30 hotéis de âmbito nacional e 19 nas capitais provinciais.

Nos municípios vão ser erguidas 165 unidades de duas estrelas, num investimento de cerca de quatro milhões de dólares. A iniciativa privada está a construir, no total, 60 hotéis.

Dadas as crescentes necessidades do sector hoteleiro, o país vai ter, nos próximos anos, um Centro de Logística de Grande Dimensão, que já está em construção.

Carlos Cunha informa que o Estado vai alienar para o sector privado, por via de concurso público, parte do seu património hoteleiro. As unidades privatizadas vão ser amortizadas num período de dez anos e os empresários contemplados terão de pagar, previamente, 15% do valor do hotel e o custo de pré-abertura.

O Ministério da Hotelaria e Turismo pretende contratar uma empresa de fiscalização para inspeccionar as obras em curso.

Segundo o assessor Carlos Cunha, o sector do turismo registou, em 2009, um crescimento de 60,1%.

O Estado arrecada anualmente cerca de 550 milhões de dólares em receitas do sector do turismo. O Ministério de tutela tem o objectivo, segundo o assessor do ministro, de duplicar os rendimentos para propiciar um maior número de oportunidades de emprego.

Actualmente, de acordo com dados oficiais, Angola conta com 250 hotéis, 357 pensões, 11 aldeamentos turísticos, cinco aparthotéis, 134 hospedarias, 1863 restaurantes e 57 agências de viagens.

O parque hoteleiro, segundo Carlos Cunha, resulta dos ganhos da paz e da reconciliação nacional, que propiciaram a abertura do mercado angolano.

"O Ministério da Hotelaria e Turismo tem registado um grande número de empresários a apostar no sector do turismo. Por este facto, pretendemos dar oportunidade aos empresários angolanos de construir mais hotéis em Luanda e nas cidades das restantes províncias", disse Carlos Cunha.

Fonte: Jornal de Angola

http://www.angoladigital.net/negocios/index.php?option=com_content&task=view&id=2902&Itemid=47

Quadro 15: “Angola 35 anos – Independência ‘abriu portas’ para desenvolvimento do turismo”

Luanda, Quarta-feira, 10 de Novembro de 2010

Apesar da paz efectiva, conquistada a 04 de Abril de 2002, ter impulsionado o crescimento do sector turístico no país, a independência nacional, alcançada a 11 de Novembro de 1975, abriu portas para o início do desenvolvimento integrado do turismo em Angola, afirmou hoje, em Luanda, a directora do Instituto de Fomento Turístico (Infotur), Rosa Cruz.

Ao falar à Angop a propósito dos 35 anos de independência, Rosa Cruz disse serem incalculáveis ganhos que essa conquista proporcionou, tendo em vista o surgimento anual de inúmeras unidades hoteleiras, aliado à descoberta e exploração oportuna de potenciais zonas turísticas naturais, a nível das 18 províncias.

Segundo explicou, com a independência, os turistas começaram a interessar-se mais por Angola que, por sua vez, passou também de imediato a desenvolver o turismo, embora com alguma timidez, na altura, por causa da guerra que o país viveu.

“São 35 anos e não 35 dias. É uma longa caminhada atrapalhada pela guerra intensa que o país viveu. Portanto, a comemoração do 11 de Novembro é um momento regozijante para todos nós. Penso que todos os angolanos vão sentir-se feliz nessa hora e farão uma reflexão sobretudo o que o país viveu durante esse período” – considerou.

Rosa Cruz acrescentou ter sido um percurso duro, que registou momentos de muitas batalhas, mas também de grandes vitórias, particularizando o sector do turismo que para si é dos que mais sofreu com o conflito armado, tendo em atenção a destruição das infra-estruturas, sobretudo rodoviárias, mas que hoje se reergue com firmeza

“Na prática, o turismo em Angola começou a funcionar efectivamente a partir de 2002. No tempo de guerra ele andou inoperante, devido às vias que estavam bloqueadas, as infra-estruturas hoteleiras e turísticas destruídas, e claro que nesse clima de tensão ninguém tinha apetência de visitar uma localidade minada” aclarou a responsável.

Contudo, a directora do Infotur qualificou de positivo os 35 anos de independência nacional, a julgar pelos oito anos de actividade intensa e progressos registados nesse curto período, prevendo-se novos ganhos nos próximos tempos, em virtude do contínuo desejo do governo em investir no sector e curiosidade das pessoas em conhecer o país.

Fonte: Agência AngolaPress

http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/turismo/2010/10/45/Independencia-abriu-portas-para-desenvolvimento-turismo,4b26cfe4-c65f-4760-9c27-7aaf2907d304.html

Quadro 16: “Decorre seminário sobre turismo sustentável”**Benguela, Quarta-feira, 3 de Novembro de 2010**

Um seminário com o tema “Promover o turismo sustentável”, visando reforçar as capacidades dos quadros e especialistas em turismo no país, decorre desde hoje, quarta-feira, em Benguela, numa organização da TrainForTrade/Angola.

O evento, com a duração de três dias, conta com a cooperação da Direcção Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo de Benguela e é promovido pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) e financiado pela União Europeia.

O seminário tem como objectivo proporcionar uma visão concreta dos aspectos relacionados com o turismo sustentáveis, através do estudo de casos práticos e promoção da elaboração de projectos de turismo sustentável na região de Benguela.

Segundo o perito em formação da conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, Nuno Fortunato, augura-se que no final do encontro os participantes aumentem a sua capacidade para avaliar a contribuição do turismo para o desenvolvimento social e económico do país e na região de Benguela.

Considerou importante reconhecer os critérios de sustentabilidade com vista aplicá-los no desenvolvimento turístico local e regional, identificar o papel da sociedade civil e valorizar a sua importância no processo de desenvolvimento sustentável, bem como aprender os métodos de elaboração de projectos turísticos sustentáveis, desde a fase de implementação às técnicas de participação.

De acordo ao perito em formação, o turismo sustentável inscreve-se numa dinâmica que combina a conservação, o respeito e a valorização, a longo prazo, dos recursos naturais, culturais e sociais de cada região, daí que as suas iniciativas, modo de produção e de consumo responsável articulam com objectivos de oferecer a população local vantagens socioeconómicas devidamente repartidas.

Para o técnico, este desenvolvimento supõe uma gestão integrada dos recursos e a participação dos actores locais com intuito de conciliar a sua implementação com as necessidades e capacidades de cada região.

Nono Fortunato afirmou ainda que o turismo é um verdadeiro pilar de desenvolvimento económico e poderá representar uma fonte de riqueza e uma das possibilidades viáveis de diversificação da economia de Angola.

Devido a sua natureza transversal, continuou, representa ainda uma área privilegiada para redução da pobreza e o crescimento, com vista atingir o Objectivo do Desenvolvimento do Milénio.

Acrescentou que o CNUCED reconhece a importância do turismo sustentável e seu papel nas economias em desenvolvimento.

A TrainforTrade é um programa de formação e capacitação implementado pela CNUCED, começou em finais de 2007 e tem uma duração prevista de quatro anos e já realizou 15 secções de formação e assistência técnicas em múltiplos domínios, como redução da pobreza, investimento, turismo sustentável, defesa do consumidor, gestão portuária e protecção do ambiente, envolvendo mais de 400 quadros angolanos.

Participam do seminário o director nacional de formação hoteleira e turismo, Bumba Castro, e cerca de 25 cidadãos, representando instituições públicas e privadas como as direcções provinciais do Turismo de Benguela, Huambo, Kwanza Norte, Moxico e Namibe, assim como as administrações municipais de Benguela, Lobito, Baía Farta e de diversas unidades hoteleiras da província.

Fonte: Agência AngolaPress

http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/turismo/2010/10/44/Decorre-seminario-sobre-turismo-sustentavel,1ad81cd6-5ecf-4df2-bb4c-600bb2f76209.html

Quadro 17: “Turismo em Angola cresce em mais de trezentos por cento”**Benguela, Quarta-feira, 3 de Novembro de 2010**

O turismo em Angola cresceu em mais de trezentos por cento de 2002 a Setembro de 2007, em termos de chegada de estrangeiros ao país, informou hoje, em Benguela, o director nacional de formação hoteleira e turismo, Bumba de Castro.

O director, que falava na abertura do seminário “Promover o turismo sustentável”, em representação do ministro da Hotelaria e Turismo, Pedro Mutindi, disse que, em 2002, altura em que se alcançou a paz, o país recebeu 91 mil turistas e dados estatístico lançados no dia 27 de Setembro sobre 2009 indicam que o número ascendeu para 365 mil turistas.

Bumba de Castro informou que o número de empreendimentos turísticos também cresceu, cifrando-se actualmente em 3.127 estabelecimento, assim como uma força de trabalho estimada em 134 mil empregados, dos quais cinco mil têm formação média, básica, ou superior ligada ao sector.

Acrescentou que, em termos percentual, o número de trabalhadores não reflecte um por cento da força de trabalho necessária no país, avançando que com estes indicadores precisa-se apostar mais no turismo, permitindo o seu crescimento de forma equilibrada.

“Desenvolver o turismo não implica fazer hotéis de grande porte, precisamos desenvolver outros sectores de actividades, ter outras componentes de oferta que permitam uma actividade equilibrada, daí o alcance desta formação”, disse o responsável, apontando que a sustentabilidade dos destinos permite ter uma actividade, integrar a população local, criar metas em termos ambientais, culturais e sociais devidamente acauteladas.

Para a directora provincial da Hotelaria e Turismo de Benguela, Alice Cabral, que falava em representação do governador provincial, Armando da Cruz Neto, o turismo é um fenómeno sócio-cultural, económico, ambiental e científico.

Segundo a directora, o turismo é uma actividade complexa que não depende somente de belos lugares, mas de um profissionalismo, estudo e pesquisas.

Acrescentou que o estudo de casos práticos inserido neste seminário irá permitir que se faça uma reflexão sobre o desenvolvimento local, para que se possa identificar e analisar a gestão da actividade turística dentro de uma nova perspectiva do turismo sustentável que é realizado e planejado de forma que contribua para a valorização da população local e sua cultura.

Segundo Alice Cabral, o estudo do caso prático irá igualmente contribuir para a promoção de acções que mude a configuração do meio ambiente local e estimula o desenvolvimento socioeconómico das comunidades envolvidas e proporciona ao turista uma experiência única.

Participam do seminário, organizado pela TrainForTrade/Angola e financiada pela União Europeia, cerca de 25 cidadãos, representando instituições públicas e privadas como as direcções provinciais do turismo de Benguela, Huambo, Kwanza Norte, Moxico e Namibe, assim como as administrações municipais de Benguela, Lobito, Baía Farta e de diversas unidades hoteleiras da província.

Fonte: Agência AngolaPress

http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/turismo/2010/10/44/Turismo-Angola-cresce-mais-trezentos-porcento,b2079f27-6364-4d0f-97a4-b8b7a8f2d007.html

ANEXO 3: AS ACÇÕES DE APOIO À SOCIEDADE CIVIL

As actividades e as acções de apoio à sociedade civil, realizadas por parte dos parceiros técnicos e financeiros internacionais, podem ser enunciados da seguinte forma:

Iniciativas de apoio à criação – funcionalidade das redes: neste marco pode-se colocar algumas acções do PAANE e o apoio de algumas agências europeias às conferências da sociedade civil; além destas actividades, algumas redes temáticas foram apoiadas no marco dos programas de algumas agências da ONU: FAO, UNICEF, OMS.

Iniciativas de reforço da comunicação pública: neste marco encontra-se o trabalho de agências como a BBC Foundation, que realiza actividades de capacitação dos jornalistas, e a Open Society Foundation, que inclui, além das actividades, a presença de uma associação local, bem como algumas iniciativas realizadas pelo próprio PAANE.

Iniciativas de reforço das capacidades institucionais: incluindo tanto as actividades de reforço dos recursos disponíveis, as de reforço das capacidades de gestão dos conhecimentos; as de desenvolvimento de orga-

nizações tratam-se de actividades que foram financiadas pela USAID, que as implementou em cooperação com World Learning, por outras entidades europeias (SNK, ACCORD, etc.) e pelo próprio PAANE. Em muitos casos estas actividades são realizadas através da implicação de ONGs intermédias locais (como DW, ADRA, etc.) ou internacionais (ex. CARE).

Apoio à implementação de projectos e iniciativas de desenvolvimento: esta parece ser a modalidade mais difundida de apoiar as OSC nacionais no financiamento das suas actividades. Há também, para o mesmo fim, muitas organizações internacionais (ex: PNUD, FAO, UNICEF), organizações bilaterais dos países europeus e a Comissão Europeia, através dos co-financiamentos às linhas temáticas (pode-se incluir também os programas de apoio à cidadania e à democracia, como os implementados pela OSC “Omunga”).

Actividades de apoio ao processo de descentralização, que incluem actividades em colaboração com as ONGs locais e o próprio envolvimento das entidades da sociedade civil nos fóruns locais e nos CACS (ver nos parágrafos precedentes). Neste âmbito de acção são implicados: o PNUD e algumas ONG, tais como Care International, Save The Children-UK e a Ebert Stiftung.

ANEXO 4: PROGRAMA DA MISSÃO E DAS ENTREVISTAS

Tabela 10: Programa da missão

Dia	Data	Lugar	Actividades
1	06/11	Benguela Lobito	Reunião com o Vice-Reitor da Universidade de Katyavala Exemplos de ordenamento territorial para o desenvolvimento do turismo balnear doméstico (com a visita às praias de Santo António, Praia Azul e Caotinha) Reunião com actores do sector privado (OT e hotéis) e associativo
2	07/11	Parque Natural Regional Chimalavera Benguela Catumbela	Visita às infra-estruturas do Parque com o Gestor Reunião com representantes do sector privado Visita ao Vale do Rio Catumbela
3	08/11	Benguela Lobito Catumbela	Reunião com representantes de associação de desenvolvimento Reunião com oficiais da Direcção Provincial da Cultura Reunião com representantes do sector privado (hotéis) Visita a monumentos históricos
4	09/11	Ganda	Reuniões com a Administração do Município da Ganda e membros da Cooperativa 25 de Maio Visita a colmeia tradicional / Visita ao mercado / Venda do mel da Ganda
5	10/11	Benguela Lobito	Reunião com representantes da Direcção Provincial de Hotelaria e Turismo Reunião com o Director da Direcção Provincial da Cultura e com um artista Reunião com o Presidente da Associação de Hotéis, Restaurantes, Agências de Viagem e Transportes de Benguela Reunião com o Administrador do Município de Lobito e oficiais responsáveis pelo turismo no Município Reunião com artesãos de madeira e visita a atelier de produção e venda

Tabela 11: Programa de entrevistas

Nome	Função / Organização	Cidade
Bumba Manuel de Castro	Director Ministério da Hotelaria e Turismo Direcção Nacional de Formação Hoteleira e Turística	Luanda
Abel António	Chefe de Departamento MINHOTUR	Luanda
Maria José Pinto	Proprietária da Pensão "A Sombra"	Benguela
Manuel Francisco Bandeira	Universidade Katyavala	Benguela
José Maria Serra Saraiva	Presidente ASE / Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela Aparthotel Mil Cidades	Benguela
Lucélia Moreira	Directora Comercial / MA Travel & Services	Lobito
Carlos Alexandre Alves	Gestor do Parque Natural Regional Chimalavera	PNR Chimalavera
Emanuel Bucassa	Presidente do Grupo "O Golfinho"	Benguela
Armanda de Almida Ving	Directora ADRA Benguela	Benguela
Inácio Gil Ramos	ADRA	Benguela
José Balote	Chefe de Secção do Património Cultural	Benguela
Manuel Matias	Chefe de Secção de Acção Cultural e Artes	Benguela
Pedro Bandeira	Director Hotel Terminus	Lobito
Caetano Mateus Lopes	Administrador do Município da Ganda	Ganda
Laurindo Totó	Cooperativa "25 de Maio"	Ganda
Pires Albano	Secretário da Administração Municipal	Ganda
Alberto Kandolo	Membro da Cooperativa "25 de Maio" Mavela	Ganda
Inês Bernarda Tchinjamba	Membro da Cooperativa "25 de Maio" Mavela	Ganda
Padre Laura	Pároco da Ganda	Ganda
José da Costa	Presidente da AIA	Ganda
Agostinho António	Comerciante/Fazenda	Ganda
Avelino Bernardo Sawayanga	Turismo	Ganda
Ir Deonisia Candeia	Igreja Católica	Ganda
David	Restaurante	Ganda
Kajimbanga	Director Provincial da Cultura	Benguela
António Tomas Ana - ETONA	Artista Plástico	Benguela
Maria Alice dos Santos Cabral	Directora Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo	Benguela
João Eleazar Pereira Calete	Direcção Provincial Comércio, Hotelaria e Turismo de Benguela	Benguela
Margarett Francisco de Oliveira	Direcção Provincial Comércio, Hotelaria e Turismo de Benguela	Benguela
Esmelinda João	Chefe do Departamento de Administração Direcção Provincial Comércio, Hotelaria e Turismo de Benguela	Benguela
António Pecho da Silva	Chefe do Departamento de Inspeção Direcção Provincial Comércio, Hotelaria e Turismo de Benguela	Benguela
João Pedro Gorjão	Director Geral Mil Cidades Aparthotel	Benguela
Jorge Gabriel Brito	Presidente da Associação Provincial de Hotelaria, Restaurantes, Transporte e Turismo	Benguela
Amaro Cabral	Administrador do Município de Lobito	Lobito
Paulo Sérgio Mendes	Administração Municipal de Lobito	Lobito
Cristo	Artesão de madeira	Lobito